

## DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER/PB

## EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 008/2026

PROCESSO (PBD OC): DER-PRC-2026/03156

<b>OBJETO</b>	Contratação de empresa especializada para a execução de serviço contínuo de sinalização viária horizontal, sob demanda, em rodovias pavimentadas sob jurisdição do DER/PB.	
<b>Data: 06/07/2026</b>		<b>Horário: 10:00 h</b>
<b>Valor</b>	R\$ 78.730.683,46 (setenta e oito milhões, setecentos e trinta mil, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos.).	
<b>Modo de disputa</b>	Aberto	
<b>Critério de Julgamento</b>	Menor Preço	
<b>Preferência ME/EPP/Equiparadas</b>	Não	
<b>Regime de Execução</b>	Empreitada por Preço UNITÁRIO	Lote Único
<b>Prazo de Vigência</b>	24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato.	
<b>Endereço</b>	Av. José Américo de Almeida, S/N, Centro, 2º Andar, Cep:58.040-902, João Pessoa/PB	
<b>Meios de Comunicação</b>	Comissão de Contratação: Edifício Sede do DER/PB, 2º Andar, Av. José Américo de Almeida, S/N, Centro, João Pessoa/PB. Sítio: <a href="https://der.pb.gov.br/">https://der.pb.gov.br/</a> Email: <a href="mailto:protocolo@der.pb.gov.br">protocolo@der.pb.gov.br</a> <a href="mailto:cpl@der.pb.gov.br">cpl@der.pb.gov.br</a>	

## SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	4
2. LEGISLAÇÃO .....	5
3. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS (CONSULTAS) SOBRE O EDITAL .....	5
4. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	5
5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	6
6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇOS .....	8
7. CREDENCIAMENTO E ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO .....	8
8. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS.....	8
9. CRITÉRIO DE DISPUTA.....	9
10. RECEBIMENTO DA PROPOSTA FINAL E DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.....	11
11. COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO.....	12
12. SANEAMENTO E DILIGÊNCIAS.....	12
14. DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA .....	13
15. PROPOSTA DE PREÇOS.....	13
16. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.....	14
17. DA HABILITAÇÃO.....	15
18. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO.....	21
19. RECURSO E CONTRARRAZÕES .....	21
20. RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA .....	22
21. RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DO DER .....	23
22. GARANTIA DA PROPOSTA.....	23
23. GARANTIA CONTRATUAL.....	24
24. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.....	24
25. MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO .....	25
26. DURAÇÃO DO CONTRATO .....	25
27. SUBCONTRATAÇÃO FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.....	26
28. IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA LICITANTE E PELO CONTRATADO – PENALIDADES .....	27
29. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.....	27
30. DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.....	27
31. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	27
32. ANEXOS.....	27

## EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026

PROCESSO PBD OC Nº DER-PRC-2026/03156

PROCESSO SGC Nº 31.201.003156.2026

### PREÂMBULO

Torna-se público que o **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – DER/PB**, por intermédio da Comissão de Contratação, constituída pela Portaria nº 064, com alterações introduzidas pela Portaria nº 083/2024, publicada no DOE de 19 de outubro de 2024, sediada na Av. José Américo de Almeida, S/N, Centro, 2º Andar, Cep: 58.040-902, João Pessoa/PB, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, considerando o disposto no artigo 176, caput e inciso II, combinado com o artigo 17, §2º, ambos da Lei nº 14.133/2021, e, em total obediência à Lei nº 14.133, de 2021, a Lei Estadual nº 9.697/2012, de 04/05/2012, (CAFIL), a Lei Estadual nº 9.625/2011 (Código Estadual de Proteção Contra Incêndio, Explosão e Controle de Pânico), Decreto Estadual n. 44.966, de 25 de abril de 2024, bem como à legislação correlata e, ainda, às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 – O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção, revitalização e restauração da sinalização horizontal na malha rodoviária da Paraíba, sob jurisdição do DER-PB, sob a modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 – Os serviços objeto deste Edital serão executados de forma indireta pelo **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

1.3 – O critério de julgamento: **MENOR PREÇO**.

1.4 – O modo de disputa: **ABERTO**.

1.5 – O preço máximo é: **R\$ 78.730.683,46 (setenta e oito milhões, setecentos e trinta mil, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos.)**.

1.6 – Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: até às **10:00 h** do dia **06/07/2026**.

1.6.1 – Essa data de abertura atende ao disposto na Lei nº 14.133/21 no seu Art. 55, que define: Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de: **10 (dez) dias úteis**, quando o critério de julgamento for o de **menor preço ou maior desconto**, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia.

## 2. LEGISLAÇÃO

2.1 – Rege a presente licitação a Lei Federal n.º 14.133/2021, aplicando-se, no que couber:

- i. A Lei Estadual n.º 12.868, de 06 de novembro de 2023.
- ii. Os Decretos Estaduais n.º 41.200/2021, n.º 42.967/2022, n.º 43.759/2023, n.º 43.975/2023, n.º 44.383/2023, n.º 44.639/2023, n.º 44.966/2024 e n.º 46.187/2025.
- iii. A Instrução Normativa SEAD n.º 005/2023.
- iv. Demais instruções e orientações normativas estaduais que regulam a espécie.

## 3. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS (CONSULTAS) SOBRE O EDITAL

3.1 – O presente Edital poderá ser impugnado em seus termos por ato escrito, motivado e fundamentado, endereçado a Comissão de Contratação/Agente de Contratação.

3.2 – Nos termos dos arts. 164 e 183 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o prazo para a apresentação de pedidos de impugnação encerrar-se-á no terceiro dia útil anterior àquele designado para a sessão pública, conforme item 1.6 deste Edital.

3.3 – A impugnação tempestiva não impede a participação do potencial licitante no respectivo certame.

3.4 – A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, em campo próprio do sistema.

3.4.1 – A impugnação poderá também ser formalizada por meio de protocolo presencial junto ao DER/PB ou através do endereço eletrônico [protocolo@der.pb.gov.br](mailto:protocolo@der.pb.gov.br), enquanto os esclarecimentos poderão ser encaminhados para o e-mail [cpl@der.pb.gov.br](mailto:cpl@der.pb.gov.br).

3.5 – Havendo dúvidas quanto aos termos do presente Edital, os interessados poderão formular, por escrito, as respectivas consultas, indicando precisamente os pontos a serem esclarecidos e dirigi-las a Comissão de Contratação/Agente de Contratação, devendo, para tanto, serem enviadas em campo próprio no sistema que rege a disputa.

3.6 – As consultas serão admitidas no prazo equivalente ao das impugnações deste Edital, conforme subitem 3.2.

3.7 – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial <https://der.pb.gov.br/>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.8 – É de responsabilidade do licitante a verificação regular e obtenção via download dos atos disponibilizados no sítio <https://der.pb.gov.br/>.

## 4. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção, revitalização

e restauração da sinalização horizontal na malha rodoviária da Paraíba, sob jurisdição do DER-PB, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes do Relatório Técnico Preparatório e demais Anexos deste Edital.

4.2 – As despesas correrão por conta dos recursos financeiros alocados no Projeto **31201.26.782.5004.4468.00000000287.44905100.50000.9.2.0000**, Natureza 4.4.90.51, Fonte 500 do Orçamento Programa do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba - DER/PB, para o exercício corrente e seguintes.

4.3 – Reserva Orçamentária n.º 998.

## 5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 – Respeitadas as condições normativas vigentes, poderá participar desta licitação qualquer licitante legalmente estabelecida no país e que atenda às exigências deste Edital.

5.2 – Não poderá participar do presente certame:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - c.1) O impedimento de que trata a alínea “c” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de

adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- g) As pessoas jurídicas que não funcionem no país, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
- h) Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com o DER ou que estejam impedidas ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública, especialmente as inscritas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual-CAFILPB, conforme a Lei nº 9.697/2012;

h.1) O impedimento de que trata o subitem h será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.3 – O disposto neste item não impede que na licitação ou na contratação de obra ou serviço que se inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.4 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem às alíneas “a” e “b” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.4.1 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.5 – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

5.6 – A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no Edital e na legislação aplicável.

5.7 – Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no Edital.

5.8 – A Comissão de Contratação/Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

5.9 – A participação em consórcio neste certame está vedada, conforme justificativa e demais especificações constantes no Relatório Técnico Preparatório, no item que trata deste tema.

5.10 – Proíbe-se, de forma absoluta, a participação de qualquer profissional que esteja indicado no Quadro de Pessoal Técnico, inclusive por meio de declaração de contratação futura, por mais

de um licitante simultaneamente durante o processo licitatório. Esta medida visa garantir a exclusividade e a integridade da representação técnica necessária para este certame. Tal restrição é válida unicamente para o período do processo de licitação e não se aplica a contratações que ocorram após a finalização deste processo.

5.11 – O licitante deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir sua habilitação na presente licitação e ainda pela autenticidade de todos os documentos que vierem a ser apresentados.

5.12 – O licitante deverá arcar com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do processo licitatório.

5.13 – Os licitantes interessados em participar da presente licitação deverão obrigatoriamente se inscrever, previamente, no SICAF.

5.14 – Os licitantes interessados em participar da presente licitação deverão preferencialmente se inscrever através da Gerência Operacional do Cadastro de Fornecedores (GOCAF) vinculada à Secretaria de Administração, para obtenção e emissão do Certificado Estadual de Registro e Habilitação (CECH).

5.14.1 – O licitante vencedor do certame deverá, obrigatoriamente, estar com o cadastro a que se refere o subitem 5.14 em situação regular.

5.15 – A subcontratação seguirá aquilo que dispõe o item 27 deste edital, no Relatório Técnico Preparatório e Minuta de Contrato.

## **6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇOS**

6.1 – A contratada deverá cumprir as condições previstas no Relatório Técnico Preparatório.

## **7. CREDENCIAMENTO E ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO**

7.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, as licitantes deverão dispor de login e senha particulares e intransferíveis, os quais devem ser obtidos mediante o devido credenciamento junto ao Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

7.2 – As informações para o acesso ao certame podem ser obtidas no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

7.3 – O login e a senha válidos poderão ser utilizados em qualquer licitação no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

7.4 – O uso e o sigilo da senha de acesso pelas licitantes são de própria e exclusiva responsabilidade, bem como qualquer transação efetuada diretamente por estas ou por seu representante.

7.5 – O credenciamento da licitante e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos seus atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

## 8. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 – As propostas de preços iniciais poderão ser postadas a partir da data de publicação do Edital pelo sistema disponível no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)., podendo ser substituídas ou excluídas até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando se encerra a fase de recebimento de propostas.

8.2 – Os preços unitários e total para a prestação dos serviços serão ofertados em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

8.3 – As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e seus Anexos.

8.4 – A simples apresentação de proposta de preços implica conhecimento e submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

8.5 – Em hipótese alguma será aceita proposta cujo preço ultrapasse o preço máximo estipulado para a licitação. Também não serão aceitos preços unitários superiores aos preços apresentados na Planilha Orçamentária. Esta verificação será feita quando na avaliação da proposta mais bem colocada.

8.6 – A Comissão de Contratação/Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e poderá desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.7 – A proposta de preços terá validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

8.8 – A proposta que não vier a cumprir as exigências requeridas neste Edital será desclassificada.

## 9. CRITÉRIO DE DISPUTA

9.1 – **O modo de disputa será aberto**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.1.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.1.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.1.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.1.4 - Encerrado os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.1.5 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.2 – A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta inicial e os lances subsequentes, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

9.3 – As licitantes ou seus representantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A responsabilidade por problemas de conexão ou falhas na rede é exclusivamente dos participantes.

9.3.1 – Se ocorrer desconexão da Comissão de Contratação/Agente de Contratação durante a etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

9.4 – Cabe à licitante monitorar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública e atentar para as mensagens emitidas pelo sistema, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância das mensagens.

9.5 – As licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. Cada lance deve ser inferior ao menor lance até então registrado, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.6 – Intervalo Mínimo entre Lances: Cada lance submetido deverá ser de pelo menos 0,25% do valor estimado da obra ou serviço – **R\$ 196.826,70 (cento e noventa e seis mil e oitocentos e vinte seis reais e setenta centavos)** – em relação ao lance anteriormente registrado. Esse decremento mínimo deve ser observado rigorosamente pelos licitantes para que os lances sejam considerados válidos.

9.7 – O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEAD/PB nº 005/2023.

9.8 – A Comissão de Contratação/Agente de Contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

9.8.1 – Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem 9.8, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

9.9 – A cada lance ofertado, as licitantes serão imediatamente informadas do recebimento, do valor e do horário de registro do lance.

9.10 – Os lances de cada licitante deverão ser obrigatoriamente inferiores ao preço de sua proposta inicial inserida no sistema, independentemente do menor valor já ofertado pelos outros

concorrentes.

9.11 – Lances de mesmo valor não serão considerados, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.12 – Critérios de Desempate: Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será realizado considerando o que dispõe o art. 60 da Lei 14.133/2021.

9.13 – Após o encerramento da fase de lances, a Comissão de Contratação/Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que apresentou o lance de menor valor, visando a obtenção de um preço ainda mais vantajoso, e decidirá sobre a aceitação do mesmo.

9.14 – Após a declaração da licitante mais bem colocada, a Comissão de Contratação/Agente de Contratação abrirá prazo para que a licitante ajuste sua proposta de preços ao último lance válido e apresente os documentos necessários para habilitação.

9.15 – Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Comissão de Contratação/Agente de Contratação auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15.1 – Após o reinício previsto no subitem 9.15, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

9.16 – O sistema disponibilizará um campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão de Contratação/Agente de Contratação e os licitantes, sendo vedada qualquer outra forma de comunicação.

9.17 – O Comissão de Contratação/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

## **10. RECEBIMENTO DA PROPOSTA FINAL E DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

10.1 – Após o encerramento da fase de lances, a Comissão de Contratação/Agente de Contratação solicitará, por meio do sistema eletrônico do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), a proposta de preços adequada ao último lance e os documentos para habilitação do licitante mais bem colocado, para que este os apresente, no prazo de 3 (três) dias úteis, prorrogável por igual período – a critério da Comissão de Contratação/Agente de Contratação.

10.2 – A proposta de preços e os documentos para habilitação deverão obedecer à relação indicada neste Edital e seus Anexos, mas poderão ser acompanhados por documentos complementares não relacionados.

10.2.1 - Todas as folhas dos documentos para habilitação deverão ser apresentadas preferencialmente numeradas de forma sequencial, de modo a refletir o seu número exato.

10.3 – Caso o licitante mais bem colocado seja considerado habilitado, será divulgado o resultado do certame, bem como será aberto o prazo de 20 (vinte) minutos para manifestação da intenção

de recorrer – conforme item 19 deste Edital.

10.4 – Caso este licitante seja considerado inabilitado, será(ão) convocado(s) o(s) licitante(s) subsequente(s), em ordem de classificação, para que, no mesmo prazo acima, apresente(m) sua proposta de preços adequada ao último lance e seus documentos para habilitação conforme Edital e, se necessário, documentos complementares, até que haja licitante habilitado, e então será divulgado o resultado do certame, bem como será aberto o prazo para manifestação da intenção de recorrer – conforme item 19 deste Edital.

10.5 – Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes, exaurida a lista de participantes, após todas as análises, será divulgado o resultado do certame, bem como será aberto o prazo para manifestação da intenção de recorrer – conforme item 19 deste Edital.

## **11. COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO**

11.1 – De acordo com o estabelecido na Portaria n.º 064/2024/DS, alterada pela Portaria n.º 083/2024, compõe a Comissão de Contratação/Agente de Contratação os servidores Sebastião Cirino da Silva, matrícula 3688-9, para exercer a função de Presidente e os servidores Rosa de Lourdes Soares de Oliveira Bandeira, matrícula 3796-6 e Antônio Alves de Araujo, matrícula 6116-6, cuja finalidade é conduzir os procedimentos necessários à execução das obras e serviços de engenharia no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba (DER/PB).

11.2 – Os membros da Equipe de Apoio à Comissão de Contratação/Agente de Contratação serão: Maria do Socorro Chaves Ribeiro, matrícula n.º 3672-2, Isabelly Cícera Souza Dias, matrícula n.º 9399-8 e Ighor Jonathan Gouveia Fernandes, matrícula n.º 9473-1.

## **12. SANEAMENTO E DILIGÊNCIAS**

12.1 – Nos termos da Lei n.º 14.133/2021 assim como da Instrução Normativa SEAD N.º 005/2023, poderão ser promovidas as diligências que a Comissão de Contratação/Agente de Contratação entender necessárias, assim como adotar medidas de saneamento, desde que não seja alterada a substância da proposta, destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

12.2 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 12.1, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## **13. CONDIÇÕES PARA INDICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LEGAL**

13.1 – Para atuar no certame, a licitante deverá nomear um representante legal que poderá ser credenciado de acordo com o modelo do Anexo 6 – Carta Credencial deste Edital, ou procuração,

por instrumento público ou particular, em que se encontrem os necessários poderes de representação, não sendo permitido o mesmo representante para mais de uma licitante, ou ainda, indicar seu responsável legal, que deverá comprovar essa qualidade mediante apresentação de cópia de contrato social, estatuto ou documentos correlatos.

13.2 – A licitante deverá indicar os endereços comercial e eletrônico atualizados, aptos a receberem eventuais comunicações decorrentes desta licitação.

13.3 – O representante indicado deve zelar pelo gerenciamento e manutenção dos endereços informados, comunicando qualquer alteração a Comissão de Contratação/Agente de Contratação, sob risco de assumir as consequências de não receber comunicações críticas.

13.4 – As comunicações dirigidas ao representante indicado suprem, para todos os efeitos, o dever do DER de dar conhecimento dos atos praticados.

13.5 – Os dispostos nos subitens anteriores não se aplicam à comunicação dos atos de classificação e desclassificação das propostas; habilitação e inabilitação do licitante; homologação; anulação e revogação da licitação; e demais atos publicados nos sítios <https://der.pb.gov.br/> e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

#### 14. DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

14.1 – O valor do Orçamento de Referência estabelecido pelo DER/PB para a execução dos serviços objeto desta licitação é de **R\$ 78.730.683,46 (setenta e oito milhões, setecentos e trinta mil, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos.)**.

14.2 - Referência de Preços: O valor estimado para a contratação foi calculado utilizando-se, prioritariamente, a Tabela do Sistema de Custos Referenciais do DNIT – **SICRO (onerado)**, mês-base **jan/2026**, e, quando inexistente item/composição aplicável no SICRO ou quando tecnicamente justificável, utilizando-se custos extraídos do SINAPI, nesta ordem de prevalência, conforme estabelecido no orçamento de referência.

#### 15. PROPOSTA DE PREÇOS

15.1 – A proposta de preços deverá ser constituída dos seguintes elementos:

15.1.1 – Carta Proposta, conforme modelo do Anexo 05 – Carta Proposta deste Edital, na qual conste a razão social da licitante, seu endereço comercial, eletrônico e telefone atualizados, e número do CNPJ/MF; nome, RG, CPF e assinatura do responsável ou representante legal, e ainda:

- a) preço global para a execução dos serviços objeto da licitação;
- b) mês de referência da proposta conforme orçamento base da Administração; e,
- c) prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação;

15.1.2 – Planilha Orçamentária – contendo quadro de quantitativos e preços unitários, com seus respectivos subtotais.

15.1.3 – Quadro de Encargos Sociais, conforme modelo Anexo no Relatório Técnico Preparatório.

15.1.4 – Quadro Demonstrativo do Cálculo do BDI – Bonificação de Despesas Indiretas – conforme modelo Anexo no Relatório Técnico Preparatório.

15.1.5 – Cronograma Físico e Financeiro, conforme modelo Anexo no Relatório Técnico Preparatório.

15.1.6 – Composição de Preços Unitários.

15.1.6.1 – Planilhas de “Composição de preços unitários”, inclusive as auxiliares, para todos os itens constantes no orçamento proposto da obra em apreço, exceto os itens relativos a instalações (Apenas a empresa vencedora).

15.1.7 – Declaração de que sua proposta de preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo 01 deste Edital.

15.2 – A Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico e Financeiro deverão ser assinados por Engenheiro Civil, como dispõe os arts. 13 e 14 da Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

15.3 – Nos preços unitários propostos deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas, diretas ou indiretas, que venham a incidir sobre eles, representando a compensação integral para todas as operações, transportes, materiais, perdas, mão de obra, equipamentos, controles tecnológicos e eventuais encargos necessários à completa execução dos serviços.

15.4 – Os preços unitários deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais e as operações matemáticas deverão considerar apenas 2 (duas) casas decimais, eliminando-se sempre a 3ª (terceira) casa decimal, independentemente da aproximação.

15.5 – Para todos os serviços prevalecem os preços resultantes da proposta configurada pelo DER através do sistema SICRO – Sistema Integrado de Controle de Obras.

## **16. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

16.1 – Serão desclassificadas as Propostas de Preços:

- a) elaboradas em desacordo com o Edital e/ou as que proponham porcentagens de descontos sobre os preços mais baixos apresentados – ou seja, qualquer tentativa de manipular a concorrência por meio de descontos baseados nos preços de outros concorrentes (tentar sempre ficar abaixo do menor preço já proposto, independente do custo real ou valor justo do serviço) é inaceitável e resultará em desclassificação da proposta;
- b) cujo preço total proposto e/ou qualquer unitário for(em) superior(es) ao estabelecido pelo DER;
- c) cujo preço total proposto e/ou qualquer unitário for(em) manifestamente inexecutável(eis),

aferido(s) com base no critério estabelecido no Art. 59, §§ 3º e 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, quando não restar demonstrada a exequibilidade;

d) propostas de preços que indicarem mês de referência anterior àquele estipulado no orçamento da DER;

16.1.1 - Será exigida, nos termos do art. 59, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

16.2 – As licitantes que apresentarem para os itens constantes da planilha de BDI – Bonificação de Despesas Indiretas percentuais unitários acima do limite máximo (3º quartil) ou em desacordo com o estabelecido no Acórdão n.º 2.622/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, terão que demonstrar a composição do respectivo percentual unitário, mediante solicitação da Comissão de Contratação/Agente de Contratação.

16.3 – Uma vez submetidas, as propostas de preços não poderão ser modificadas ou substituídas, para garantir a igualdade de condições entre todos os licitantes e a integridade do processo de licitação. Esta regra assegura que todos os participantes se comprometam de forma definitiva com as condições apresentadas em suas propostas.

16.3.1 – Diante da possibilidade de ocorrência de erro formais ou materiais não intencionais, a Comissão de Contratação/Agente de Contratação poderá, a seu critério e sob condições estritas, permitir a correção de tais erros. Essas correções são limitadas a aspectos que não alterem a substância da proposta de preços ou a competitividade do processo licitatório. A possibilidade de correção destina-se exclusivamente a erros evidentes que não confirmem vantagem ao licitante em detrimento dos demais.

16.3.2 – A correção de erros somente será permitida mediante solicitação formal da Comissão de Contratação/Agente de Contratação, que especificará os erros passíveis de correção e fornecerá um prazo claro para a sua regularização. O licitante deverá apresentar a documentação corrigida dentro deste prazo, respeitando todas as normas e requisitos estabelecidos no edital.

16.3.3 – Todo o processo de correção será documentado e incluído nos registros da licitação para garantir a transparência e a accountability. As correções permitidas e as justificativas para as mesmas serão publicamente disponibilizadas junto aos demais documentos da licitação.

16.4 – Os preços unitários máximos estabelecidos são os constantes na Planilha Orçamentária do DER, conforme Anexo no Relatório Técnico Preparatório, que considera o mês de referência e os bancos de dados nela estabelecidos.

## **17. DA HABILITAÇÃO**

17.1 – As proponentes deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, sendo que as certidões, certificados e outros afins deverão estar com validade na data de sua apresentação.

## **17.2 – DECLARAÇÕES**

17.2.1 – As licitantes deverão compor sua documentação de habilitação com as seguintes declarações:

- a) Declaração de Ciência, Aceite e Responsabilidade, conforme modelo do Anexo 01;
- b) Declaração sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, conforme modelo do Anexo 02;
- c) Declaração sobre o compromisso de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal, conforme modelo do Anexo 01;
- d) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme modelo do Anexo 01;
- e) Declaração de não ter relação de parentesco vedada pelo Inciso III, do art. 1º, da Lei nº 8.124/2006, conforme modelo do Anexo 01;
- f) Declaração comprometendo-se a empregar 5% (cinco por cento) do total de vagas existentes na contratação da obra aos sentenciados, em cumprimento à Lei Estadual nº 9.430/2011, conforme modelo do Anexo 01;
- g) Declaração, comprometendo-se a adotar o Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil – PGRCC, nas condições determinadas pelo CONAMA, através da Resolução nº 307/2002, conforme modelo do Anexo 01;
- h) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo do Anexo 01.

## **17.3 – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

17.3.1 – A licitante deverá demonstrar sua habilitação jurídica mediante a apresentação de, conforme o caso:

- a) registro comercial para empresa individual; ou,
- b) inscrição do ato constitutivo, no registro competente, no caso de sociedades não empresárias, acompanhado de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício; ou,
- c) Contrato Social e suas alterações ou Estatuto e Atas de Assembleia devidamente registrado(s) na Junta Comercial que revelem os atuais administradores da Companhia e o Capital Social atualizado, se houver.

17.3.2 – As provas de que tratam o subitem anterior poderão ser feitas por certidão simplificada expedida pela Junta Comercial ou, no caso de sociedades não empresárias (alínea “b”), por certidão, em breve relato, expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

## **17.4 – DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

17.4.1 – A licitante deverá demonstrar sua regularidade fiscal mediante a apresentação de:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (cartão CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município onde estiver sediada a licitante, através da apresentação da Ficha de Inscrição Cadastral ou documento equivalente, expedido pela Receita Municipal, que comprove a referida inscrição;
- c) Certidão de Regularidade quanto aos Tributos Federais – inclusive aqueles relativos à Seguridade Social – e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estado onde estiver localizada a sede da licitante. Se a sede da licitante estiver em outro Estado, deverá ser apresentada também a Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estado da Paraíba;
- e) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Município onde estiver sediada a licitante;
- f) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF; e,
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

## **17.5 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

17.5.1 – A licitante deverá demonstrar sua qualificação econômico-financeira mediante a apresentação de:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, dentro do prazo de validade do documento. Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá juntar à documentação a certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimentos licitatórios. Os licitantes que se encontram em recuperação judicial ou extrajudicial devem demonstrar todos os demais requisitos para habilitação econômico-financeira; e,
  - a.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante. O balanço patrimonial deve ser acompanhado pela demonstração do resultado do exercício relativo aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei. É vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados e publicados, na forma da lei, há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. Alternativamente, poderá ser apresentado apenas o último balanço patrimonial desde que este seja comparativo, contendo informações referentes aos dois últimos exercícios sociais, de forma a permitir a análise da evolução financeira da licitante ao longo do tempo.
- b) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações do resultado do exercício (i) publicados em Diário Oficial, (ii) publicados em jornal, (iii) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente, ou ainda (iv) aqueles transmitidos via Sistema Público de Escrituração

Digita – SPED (com o seu respectivo recibo de entrega de escrituração contábil digital), inclusive com os termos de abertura e encerramento.

c) O balanço patrimonial da sociedade anônima ou por ações deverá ser o publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de parecer de auditor(es) independente(s). O balanço patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “livro diário” contendo identificação completa da licitante, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos termos de abertura e encerramento. Os termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou em outro Órgão equivalente;

d) Em caso de licitante que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis por ser recém-constituída, esta deverá apresentar cópia do balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial, ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial ou em outro Órgão equivalente da sede da licitante.

17.5.2 – A análise da situação financeira do licitante será avaliada pelo(s) Índice (s) de Solvência Geral (SG), Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), **Capital Circulante Líquido  $\geq 16,66\%$  (dezesesseis vírgula seis por cento) do valor estimado para 12 meses da contratação (CCL  $\geq R\$ 6.588.265,93$ )** e Patrimônio Líquido de 10% do valor estimado da contratação, resultantes da aplicação da(s) fórmula(s) abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$SG = \frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

$$CCL = \textit{Ativo Circulante} - \textit{Passivo Circulante}$$

17.5.2.1 – O Tribunal de Contas da União no Acórdão 2.724/2025 – Plenário, consolidou o entendimento sobre a possibilidade de cumulação de exigências para comprovação da capacidade econômico-financeira, através da apresentação de índices de liquidez acima de 1; capital ou patrimônio líquido de até 10% do valor estimado da contratação; declaração de compromissos assumidos, na forma do art. 3º art. 69 da Lei 14.133/2021; e capital circulante mínimo em percentual contratual sem nenhum pagamento por parte da administração.

17.5.2.2 - A adoção de índices superiores a 1 para licitações de valor estimado significativo somado aos demais critérios exigidos não se configuram exigências extraordinárias, mas sim medidas de prudência e gestão de risco amplamente aceita e recomendada em contratações de valor elevado e com prazo de duração extenso. O patamar de 1 é o mínimo para indicar que o Ativo da empresa é igual ao seu Passivo, ou seja, que a empresa tem capacidade de honrar suas obrigações. No entanto, para contratação de serviços contínuos, que envolvem longos prazos de execução, grande volume de recursos e alta dependência de capital de giro, a Administração exige uma margem de segurança superior.

17.5.2.3 – Considerando que a contratação envolve serviço contínuo com o valor estimado em 78 milhões e além da extensão da malha rodoviária estadual, a exigência de Capital Circulante Líquido (CCL) é medida essencial à proteção do interesse público, pois assegura que a futura contratada disponha de capacidade financeira (capital de giro) para executar o contrato mesmo na hipótese de atraso nos pagamentos, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 2.724/2025 – Plenário.

## 17.6 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL

17.6.1 – A licitante deverá demonstrar sua qualificação técnica operacional mediante a apresentação de:

- a) Certidão de Registro da empresa no CREA, atendendo ao disposto na Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, contendo, no mínimo, os seguintes dados: Razão social; Endereço; Atividade; Número e data do registro; Ramo/atividade; e, Nome do(s) responsável(is) técnicos(s) registrado(s).
- b) A comprovação da capacidade técnica operacional se dará mediante a apresentação de Certidões, Atestados ou Declarações, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que a licitante tenha executado serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior e em quantidades iguais ou superiores às parcelas de maior relevância técnica ou de valores significativos referentes à sinalização horizontal, conforme objeto desta licitação, as quais são:

COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL				
Item	Discriminação	Unidade	Quantitativo Orçado	Quantitativo a ser Comprovado
a)	Pintura de Faixa c/Plástico a Frio Tricomponente à Base de Resina Metacrílicas por Aspersão.	m <sup>2</sup>	239.400,00	119.700,00
b)	Pintura de Faixa c/Termoplástica por Aspersão	m <sup>2</sup>	190.278,00	95.139,00

c)	Pintura de Faixa c/Tinta Acrílica Emulsionada em Água	m <sup>2</sup>	120.000,00	60.000,00
----	---	----------------	------------	-----------

b.2) Esses documentos devem indicar a licitante como executora e estar vinculados às Certidões de Acervo Técnico – CAT registradas no CREA do profissional responsável pelo serviço, ou às Certidões de Acervo Operacional – CAO, conforme estabelecido pela Resolução n.º 1.137, de 31 de março de 2023, do CONFEA. Deverão ser apresentados tanto os documentos comprobatórios (Certidões, Atestados ou Declarações), quanto às respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, ou Certidões de Acervo Operacional – CAO.

b.3) A depender da natureza do objeto, especificamente em obras e serviços de engenharia, poderão ser aceitas, para fins de comprovação, certidões emitidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando aplicável e pertinente.

b.4) Nos casos em que a licitante apresentar atestados de desempenho emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte, e o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não especificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, a avaliação de sua qualificação técnica seguirá os critérios estabelecidos no §10º do artigo 67 da Lei 14.133/2021, conforme descrito a seguir:

b.4.1) Se o atestado for emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, exceto em licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nas quais todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada empresa consorciada;

b.4.2) Se o atestado for emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive em licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominante intelectual.

b.4.3) Caso a(s) citada(s) Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) não informe(m) o percentual de participação de cada integrante, o mesmo deverá ser comprovado pela empresa licitante.

b.5) A exigência de comprovação mínima de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo orçado para cada tecnologia (plástico a frio tricomponente – MMA, termoplástico por aspersão e tinta acrílica emulsionada em água) é necessária e proporcional porque o objeto foi estruturado como conjunto tecnológico aplicável conforme a heterogeneidade dos trechos e critérios de desempenho/segurança viária, sendo cada tecnologia parcela de maior relevância na planilha contratual.

b.5.1) Assim, a Administração deve assegurar que a licitante detenha capacidade demonstrada para executar, com desempenho e qualidade, cada uma das três soluções que compõem o núcleo do contrato, evitando risco de execução deficitária, dependência de terceiros não previstos, descontinuidade operacional e inconsistências de desempenho entre segmentos atendidos por

diferentes técnicas. A exigência, portanto, guarda pertinência direta com o objeto e com o resultado pretendido, sem prejuízo da competitividade, conforme evidências de mercado constantes dos autos.

#### **b.6) JUSTIFICATIVA DAS PARCELAS ELEITAS E DO NÃO ENQUADRAMENTO DE ITENS ACESSÓRIOS COMO PARCELA DE ATESTAÇÃO**

b.6.1) Nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de atestados técnico-operacionais restringe-se às parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo do objeto, conforme definição motivada no processo de planejamento (ETP/RTP). No presente certame, foram eleitas como parcelas de maior relevância técnica e operacional as atividades relacionadas à aplicação e ao controle de desempenho das tecnologias de sinalização horizontal previstas (plástico a frio tricomponente – MMA, termoplástico por aspersão e tinta acrílica emulsionada em água), por constituírem o núcleo técnico do serviço e demandarem controle de qualidade e conformidade por segmento/OS, com impactos diretos na segurança viária.

b.6.2) O fornecimento e implantação de dispositivos auxiliares de sinalização (ex.: tachas refletivas), embora integrante do objeto e previsto na planilha e nas Ordens de Serviço quando demandado, não foi definido como parcela específica de atestação obrigatória por não representar, no contexto desta contratação sob demanda, o fator determinante de complexidade técnica do núcleo da execução (pintura por tecnologias e seu controle de desempenho), sendo seu risco mitigado por: (i) especificações técnicas e critérios objetivos de aceitação; (ii) verificação de conformidade e rastreabilidade de materiais; (iii) fiscalização e recebimento por OS, com possibilidade de retrabalho, glosa e sanções em caso de não conformidade imputável à contratada, conforme RTP e minuta contratual.

b.6.3) A Administração, assim, preserva a competitividade do certame e evita exigências cumulativas desnecessárias, sem prejuízo de que a contratada execute integralmente os itens demandados em cada OS, observadas as especificações técnicas, os padrões mínimos de desempenho e as evidências exigidas para medição e recebimento.

c) Quadro de Pessoal Técnico: Este documento deverá ser submetido pela empresa licitante para comprovar a disponibilidade e a participação de pessoal técnico qualificado vinculado à mesma durante a execução dos serviços objeto desta licitação. Deverá incluir uma declaração dos profissionais indicados, confirmando sua participação direta e contínua nos serviços, até a aceitação final dos mesmos. O quadro deve ser assinado pelo representante legal da licitante com a anuência dos profissionais envolvidos, conforme o modelo apresentado no ANEXO 04 – DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA. É permitida a substituição dos profissionais, desde que o substituto tenha qualificações equivalentes ou superiores e seja previamente aprovado pela Administração desta Autarquia.

c.1) Coordenação Técnica: A equipe técnica deve ser liderada por um Coordenador, expressamente designado pela licitante, que atuará como principal ponto de contato com o contratante. Este coordenador deve ser qualificado como Engenheiro Civil ou possuir outra habilitação técnica reconhecida pela respectiva entidade competente e ser detentor de Certidão de

Acervo Técnico (CAT).

c.2) Para fins deste Edital, considera-se como parte do Quadro de Pessoal Técnico da empresa: sócios, diretores, empregados, responsáveis técnicos e profissionais contratados especificamente para o projeto.

c.3) Prova do vínculo descrito na alínea c.2:

c.3.1) Vínculo Societário: Apresentação do ato constitutivo da empresa, registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da licitante.

c.3.2) Diretor: Apresentação de cópia do Contrato Social para empresas individuais ou limitadas, ou cópia da ata de eleição publicada em jornal de grande circulação para sociedades anônimas.

c.3.3) Vínculo Empregatício: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), mostrando o registro do emprego e as alterações salariais mais recentes; ou contrato de trabalho atualizado.

c.3.4) Responsável Técnico: Cópia da certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ou documentos equivalentes que comprovem a ligação do profissional como responsável técnico da empresa.

c.3.5) Profissional Autônomo: Contrato de prestação de serviços, sem vínculo empregatício, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

c.3.6) Admite-se, também, a apresentação de DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA de profissional detentor de Certidão de Acervo Técnico, com sua devida anuência.

d) A comprovação da capacidade técnica profissional se dará mediante Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo conselho profissional competente, acompanhada do respectivo atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na qual conste que seu responsável técnico – e, portanto, pertencente ao quadro de pessoal técnico descrito na alínea “c” deste item – tenha participado da execução dos serviços conforme as parcelas abaixo:

CAPACIDADE PROFISSIONAL	
SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	UNID.
Pintura de Faixa c/Plástico a Frio Tricomponente à Base de Resina Metacrílicas por Aspersão.	m <sup>2</sup>
Pintura de Faixa c/Termoplástica por Aspersão	m <sup>2</sup>
Pintura de Faixa c/Tinta Acrílica Emulsionada em Água	m <sup>2</sup>

e) **Capacidade Profissional** - os Responsáveis Técnicos devem ter experiência na execução de serviços de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior aos previstos no projeto, que comprove a parcela relevante da sinalização horizontal, conforme anotação em acervo técnico e atestado de boa execução emitido por pessoa jurídica e registrado no CREA. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

f) Declaração de Disponibilidade de Aparelhamento e Instalações: A licitante deverá declarar formalmente a disponibilidade de equipamentos e instalações necessários para a execução dos serviços objeto desta licitação.

f.1) para cumprimento do objeto da licitação os equipamentos devem ser no mínimo.

- 04 (quatro) Caminhões de Carroceria
- 02 (dois) Equipamentos de Sinalização Horizontal

f.2) o licitante deve fornecer ao DER/PB, para ser utilizado pela equipe de Coordenação, Fiscalização e Controle local da Obra, durante a vigência do contrato.

- 02 (dois) veículos tipo suv com menos de dois anos de uso, e em bom estado de conservação, com seguro total contra danos, roubos e incêndios.

g) Da Visita Técnica: A realização de visita técnica ao local dos serviços é facultativa para as licitantes.

g.1) Caso opte pela realização, a licitante deve apresentar um atestado de visita emitido pelo DER com a documentação de habilitação. A licitante deve enviar à visita profissional com habilitação comprovada pelo CREA, que pertença ao seu quadro de pessoal técnico, e poderão ser agendadas junto à Divisão de Planejamento e Transportes-DRPT em João Pessoa-PB, na Av. Min. José Américo de Almeida, S/N, 3º andar, Centro, CEP 58040-300, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 16h00, de 2ª a 5ª feira e 6ª feira das 8h00 até 12h00, ou por meio do telefone (83) 3216-2884, com o Diretor José Arnaldo Souza Lima - Diretor de Planejamento e Transportes - DRPT.

g.2) Se a licitante decidir não realizar a visita, deve submeter uma declaração, em papel timbrado, afirmando conhecimento das particularidades do local e assumindo as responsabilidades por quaisquer dificuldades que possam surgir, impossibilitando alegações de desconhecimento que possam impedir o cumprimento do contrato. A declaração deve seguir o modelo do Anexo 03 – Declaração de Opção de Não Realização de Visita Técnica.

g.3) Todas as despesas referentes à visita serão de responsabilidade da licitante.

## 18. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

18.1 – No julgamento da licitação, atendidos satisfatoriamente os requisitos referentes à Proposta de Preços, à Documentação para Habilitação e aos demais constantes neste Edital, será considerada vencedora a licitante que apresentar o menor Preço Total Proposto para a execução dos serviços.

18.2 – A Comissão de Contratação/Agente de Contratação dará ciência aos interessados do resultado do julgamento e da habilitação por meio dos sítios [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e <https://der.pb.gov.br/>.

## 19. RECURSO E CONTRARRAZÕES

19.1 – Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras),

Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba-Av. Min José Américo de Almeida, S/N-Centro-João Pessoa/PB-CEP:58.040-300

manifestar a intenção de recorrer no prazo de 20 minutos quando ocorrer uma das seguintes situações:

- a) Declarada a vencedora do certame – ou seja, julgada a proposta da licitante até então mais bem colocada e tendo sido a mesma habilitada;
- b) Todas as propostas tenham sido desclassificadas;
- c) Todas as propostas classificadas tenham sido inabilitadas.

19.2 – A falta de manifestação da licitante quanto à intenção de recorrer em campo próprio do sistema implica na decadência do direito de interposição de recurso, ficando o DER autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

19.3 – As razões do recurso deverão ser apresentadas em um único momento, no campo designado no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

19.4 – Ficam as demais licitantes intimadas para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, também em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso desde logo.

19.5 – O acolhimento de recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio <https://der.pb.gov.br/>.

## **20. RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA**

20.1 – Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato firmado ou na entrega a ser efetuada.

20.2 – Informar e manter atualizadas as informações para contato, como números de telefone, endereço e e-mail, bem como indicação dos representantes autorizados para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração.

20.3 – Assegurar, durante a execução dos serviços, a proteção e a conservação destes, de forma que seja mantida a sua integridade.

20.4 – Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, independentemente das penalidades cabíveis.

20.5 – Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção do local dos serviços a qualquer momento, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados por esta, pertencam seus fiscalizadores ao contratante ou a terceiros por estes credenciados.

20.6 – Providenciar a legalização dos serviços junto aos órgãos competentes, por sua conta e responsabilidade, quando necessário.

20.7 – Zelar pela integridade dos bens vinculados às atividades dos serviços.

20.8 – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas

específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

20.9 – Responsabilizar-se pelos danos causados decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

20.10 – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato. A inadimplência do contratado quanto a esses encargos não transfere ao contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ou restringir a regularização deste.

20.11 – Responsabilizar-se por quaisquer acidentes decorrentes da execução dos serviços, uso indevido de patentes registradas e, ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer outra causa, a destruição ou danificação dos serviços até a sua definitiva aceitação pelo contratante, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

20.12 – Cumprir as demais obrigações constantes do Relatório Técnico Preparatório.

## **21. RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DO DER**

21.1 – Emitir as convocações, as ordens de serviço, as notas de empenho e o contrato relativos ao objeto da licitação.

21.2 – Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto.

21.3 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, e com as especificações deste Edital e seus Anexos.

21.4 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

21.5 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto desta licitação.

21.6 – Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

21.7 – Cumprir as demais obrigações constantes do Relatório Técnico Preparatório.

21.8 – Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

## **22. GARANTIA DA PROPOSTA**

22.1 - Conforme o art. 58 da Lei nº 14.133, os licitantes prestarão a garantia de proposta correspondente a 1% do valor estimado para a contratação. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

22.1.1 - O prazo mínimo de validade da garantia de proposta será de 90 (sessenta) dias contados da data de entrega da proposta;

22.1.2 - A comprovação do recolhimento de quantia à título de garantia de proposta, será requisito de pré-habilitação.

22.1.3 - O comprovante da garantia de proposta, em original, deverá ser anexado à documentação de habilitação.

22.1.4 - As licitantes reunidas em consórcio prestarão garantia de proposta através da sociedade empresária líder ou, em nome de cada consorciada, na proporção de sua participação no consórcio.

22.1.5 - A garantia de proposta prestada pela licitante vencedora será devolvida ou dispensada após a assinatura do contrato, observado o art. 58, §2º Lei Federal nº 14.133/21.

22.1.6 - A garantia de proposta será liberada após expirado o seu prazo de validade ou, nos seguintes casos, decorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis:

- a) assinatura do contrato;
- b) data em que for declarada fracassada a licitação.

22.1.7 - A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

## **23. GARANTIA DE EXECUÇÃO OU CONTRATUAL**

23.1 – Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) caução em dinheiro ou em títulos de dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; ou,
- b) fiança bancária; ou,
- c) seguro-garantia; ou

23.2 – As garantias serão equivalentes a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços.

23.3 – Caso a opção seja pelo seguro-garantia, o contratado terá 1 mês para, contado a partir da homologação do objeto, para prestação da garantia.

23.4 – Quando, em dinheiro, a garantia deverá ser depositada na Divisão de Recursos Financeiros desta autarquia.

23.5 – Ademais, deverão ser observados os dispostos nos artigos 96 e 97 da Lei 14.133/2021.

## **24. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

24.1 – Para assinatura do contrato fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da convocação expressa da licitante vencedora pela DER.

24.2 – O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

24.3 – Antes da assinatura do contrato, a contratada apresentará o visto do CREA/PB ou CAU/PB, quando sediada em outro Estado.

24.4 – Antes da assinatura do Contrato, a Contratante realizará consulta “online” no sistema da GOCAF – Gerência Operacional de Cadastro de Fornecedores, da Secretaria de Estado da Administração, no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN e no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar – CAFIL/PB, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

24.4.1 – As empresas em situação irregular nestes cadastros estarão impedidas de contratar com a Administração, até ulterior regularização.

24.4.2 – As empresas que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998, não poderão contratar com a Administração.

24.5 – O DER poderá, quando o convocado não assinar o contrato, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

24.6 – Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

24.7 – Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 23.5, o DER, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

24.8 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pelo DER caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

24.9 – A regra do 23.8 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso

I do subitem 23.7.

## **25. MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

25.1 – Faz-se necessário observar o que dispõe o Relatório Técnico Preparatório.

25.2 – Quanto aos critérios de atualização monetária, deve-se observar o que dispõe o Relatório Técnico Preparatório.

## **26. DURAÇÃO DO CONTRATO**

26.1. O contrato terá vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura, conforme previsto neste Edital, no Relatório Técnico Preparatório (RTP) e na minuta contratual.

26.2. A execução do objeto ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço (OS) durante a vigência contratual. Cada OS estabelecerá, para a respectiva demanda, o(s) trecho(s)/segmento(s), o escopo/itens a executar, os quantitativos estimados, os prazos de mobilização e de execução, os requisitos de sinalização temporária e segurança viária, bem como os critérios de aceitação e evidências mínimas para medição, nos termos do RTP e anexos.

26.2.1. A emissão de OS não implica obrigação de consumo integral dos quantitativos estimados do orçamento de referência, sendo o pagamento devido exclusivamente pelos quantitativos efetivamente executados e aceitos, apurados por medição.

26.3. A vigência contratual poderá ser prorrogada sucessivamente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão neste Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, condicionada, ainda, à manutenção das condições de habilitação, ao desempenho satisfatório, à disponibilidade orçamentária e à formalização do competente termo aditivo.

26.4. O encerramento contratual observará o regime de recebimento previsto neste Edital, no RTP e na minuta contratual. Pendências de correção/retrabalho, quando imputáveis à contratada, não prorrogam automaticamente a vigência, devendo ser tratadas conforme os mecanismos contratuais de responsabilização, glosa, sanção e/ou extinção, sem prejuízo do recebimento definitivo e do acerto final.

## **27. SUBCONTRATAÇÃO FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

27.1 - Para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, será admitida subcontratação até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento, em consonância com art. 122, caput da Lei n. 14.133/2021.

27.2 - A subcontratação depende de autorização prévia do DER-PB, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

27.3 - A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

27.3.1 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o DER/PB pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

27.3.2 - Para avaliação das subcontratações, serão utilizados os mesmos critérios da análise da licitante, inclusive no que se refere à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e aos impedimentos de licitar e contratar com o(a) Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba.

27.4. Nos termos do art. do art. 122, § 3º da Lei nº 14.133/2021, é vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

27.5. É vedada a subcontratação total ou das parcelas tecnicamente mais complexas ou de valor mais significativo do objeto, que motivaram a necessidade de comprovação de capacidade financeira ou técnica pela Contratada.

## **28. IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA LICITANTE E PELO CONTRATADO – PENALIDADES**

28.1 – Será observado o disposto no Capítulo I – Das Infrações e Sanções Administrativas, do Título IV – Das Irregularidades, da Lei nº 14.133/2021.

## **29. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

29.1 – Os serviços serão recebidos em duas etapas: provisória e definitiva, conforme estabelecido no Relatório Técnico Preparatório deste Edital.

## **30. DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

30.1 – A Contratante indicará, por meio de Portaria, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e o Art. 8 do Decreto Estadual nº 43.975/2023.

30.2 – O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

## **31. DISPOSIÇÕES GERAIS**

31.1 – O DER poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente.

## 32. ANEXOS

Anexo I – Declaração Geral

Anexo II – Declaração “LGPD”


Anexo III – Declaração de Opção de Não Realização de Visita Técnica

Anexo IV – Declaração de Indicação e Autorização de Equipe Técnica


Anexo V – Carta Proposta

Anexo VI – Carta Credencial

João Pessoa - PB, data da assinatura digital.

Documento assinado digitalmente  
 EUGENIO GIUSEPPE GIOVANNI DE OLIVEIRA ROE  
Data: 08/06/2026 13:50:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eugênio Giuseppe G. de O. R. Filho  
Advogado  
Mat. 9618-1  
Responsável pela elaboração do edital

Documento assinado digitalmente  
 LUIZ FELIPE LIMA LINS  
Data: 09/06/2026 09:05:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luiz Felipe Lima Lins  
Subprocurador Jurídico do DER/PB  
Mat. 3892-0  
Responsável pela revisão do edital



SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS  
DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

## ANEXO I – DECLARAÇÃO GERAL

### O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – DER/PB

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 008/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviço contínuo de sinalização viária horizontal, sob demanda, em rodovias pavimentadas sob jurisdição do DER/PB.

A \_\_\_\_\_ (nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, com sede no município de \_\_\_\_\_, Estado do(a) \_\_\_\_\_, sito à \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, CEP n.º \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(ua) representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n.º \_\_\_\_\_, declara que:

1. está ciente das condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
2. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
3. sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
4. tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
5. cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
6. não possui sócio que seja cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I do artigo 1º da Lei nº 8.124, de 19 de dezembro de 2006, alterado pela Lei nº 10.272, de 09 de abril de 2014, que importe prática vedada no inciso III do mesmo artigo, para fins de atendimento do parágrafo único do art. 2º da referida lei;
7. se compromete a reservar até 5% do total de vagas existentes na contratação da obra objeto desta licitação aos sentenciados, em cumprimento à Lei Estadual nº 9.430/2011;
8. será elaborado Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil – PGRCC, nas condições determinadas pelo CONAMA, através da Resolução nº 307/2002;
9. para a execução dos serviços objeto da referida licitação, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, tendo ciência de que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos Arts. 155 a 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e no § 8º, inciso V, do Art. 72 da Lei Federal n.º 9.605/1998, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida lei.

Por ser verdade, firmo a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba-Av.Min.José Américo de Almeida,S/N-Centro-João Pessoa/PB-CEP:58.040-902



DERPRC202603156V02



SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

[Nome por Extenso]  
Responsável ou Representante Legal da Empresa  
CPF n.º \_\_\_\_\_

Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba-Av.Min.José Américo de Almeida,S/N-Centro-João Pessoa/PB-CEP:58.040-902



Assinado com senha por [DER119263] [SENHA] EUGENIO GIUSEPPE GIOVANNI DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO em 02/06/2026 - 19:13hs.  
Documento N°: 10957758.94976984-4560 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10957758.94976984-4560>



DERPRC202603156V02



SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS  
DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

## ANEXO II – DECLARAÇÃO “LGPD”

### O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – DER/PB

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 008/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviço contínuo de sinalização viária horizontal, sob demanda, em rodovias pavimentadas sob jurisdição do DER/PB.

A \_\_\_\_\_ (nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, com sede no município de \_\_\_\_\_, Estado do(a) \_\_\_\_\_, sito à \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, CEP n.º \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(ua) representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n.º \_\_\_\_\_, declara que, para os devidos fins, tem pleno conhecimento das regras contidas no contrato e que possui as condições de habilitação previstas no procedimento administrativo de contratação direta, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar do procedimento de contratação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- a) aqueles inerentes a documentos de identificação;
- b) referentes a participações societárias;
- c) informações inseridas em contratos sociais;
- d) endereços físicos e eletrônicos;
- e) estado civil;
- f) eventuais informações sobre cônjuges;
- g) relações de parentesco;
- h) número de telefone;
- i) sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública; e,
- j) informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Por ser verdade, firmo a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

[Nome por Extenso]

Responsável ou Representante Legal da Empresa

CPF n.º \_\_\_\_\_





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

### ANEXO III – DECLARAÇÃO DE OPÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

#### O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – DER/PB

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 008/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviço contínuo de sinalização viária horizontal, sob demanda, em rodovias pavimentadas sob jurisdição do DER/PB.

A \_\_\_\_\_(nome da empresa)\_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, com sede no município de \_\_\_\_\_, Estado do(a) \_\_\_\_\_, sito à \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, CEP n.º \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(ua) representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n.º \_\_\_\_\_, declara que optou em não realizar a visita técnica, que examinou os documentos anexos ao Edital e conhece todas as particularidades do local dos serviços, bem como assume eventuais dificuldades que possam interferir ou prejudicar a execução dos trabalhos, estando ciente da impossibilidade de alegar, em qualquer hipótese, desconhecimento de fatos que possam projetar impedimento no cumprimento do objeto contratual.

Por ser verdade, firmo a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

[Nome por Extenso]

Responsável ou Representante Legal da Empresa

CPF n.º \_\_\_\_\_





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA**

**O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – DER/PB**

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 008/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviço contínuo de sinalização viária horizontal, sob demanda, em rodovias pavimentadas sob jurisdição do DER/PB.

A \_\_\_\_\_ (nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, com sede no município de \_\_\_\_\_, Estado do(a) \_\_\_\_\_, sito à \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, CEP n.º \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(ua) representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n.º \_\_\_\_\_, indica o(s) seguinte(s) profissional(is), para atendimento do Edital, na execução dos serviços de \_\_\_\_\_

1	Nome:			
	Título:		CREA e/ou CAU n.º:	
	Atribuição:	Responsável pelo(a) _____ (**)		
	Assinatura:			

2	Nome:			
	Título:		CREA e/ou CAU n.º:	
	Atribuição:	Responsável pelo(a) _____ (**)		
	Assinatura:			

(\*) Profissional(is) responsável(is) técnico(s) pelos serviços contratados

Obs.: Repetir com os dados solicitados acima até completar a equipe técnica proposta

Declara-se, também, ciência de que este(a)(s) profissional(is) só poderá(ão) ser substituído(a)(s) por outro(a)(s) com qualificações idênticas ou superiores às exigidas no Edital, e sob a aprovação do DER/PB.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

[Nome por Extenso]

Responsável ou Representante Legal da Empresa

CPF n.º \_\_\_\_\_





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

## ANEXO V – CARTA PROPOSTA

### O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – DER/PB

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 008/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviço contínuo de sinalização viária horizontal, sob demanda, em rodovias pavimentadas sob jurisdição do DER/PB.

A \_\_\_\_\_ (nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, com sede no município de \_\_\_\_\_, Estado do(a) \_\_\_\_\_, sito à \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, CEP n.º \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(ua) representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n.º \_\_\_\_\_, propõe a execução dos serviços de \_\_\_\_\_, conforme item 15 do Edital em epígrafe, de acordo com a Proposta de Preços e os Cronogramas Físico e Financeiro, em anexo, nas seguintes condições:

- a) Preço Global: R\$ \_\_\_\_\_ (indicar valor por extenso);
- b) Mês de referência da proposta: [MÊS] / 202\_\_\_\_; e,
- c) A validade da proposta é de \_\_\_\_\_ dias corridos, a contar da data da abertura da licitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
[Nome por Extenso]  
Responsável ou Representante Legal da Empresa  
CPF n.º \_\_\_\_\_





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

#### ANEXO VI – CARTA CREDENCIAL

##### O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – DER/PB

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 008/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviço contínuo de sinalização viária horizontal, sob demanda, em rodovias pavimentadas sob jurisdição do DER/PB.

O(A) abaixo assinado(a), responsável legal pela licitante \_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, com sede no município de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, sito à \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, CEP n.º \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, vem, pela presente, informar a V.S.as. que o senhor(a) \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, é a pessoa designada para representar nossa licitante na licitação acima referida.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
[Nome por Extenso]



Responsável ou Representante Legal da Empresa

CPF n.º \_\_\_\_\_



SINALIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL	RESUMO DE PREÇOS
	D.E.R. / PB
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALORES EM R\$
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	43.925.128,00
SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA	29.237.717,12
INSTALAÇÕES ( Resolução CE No 033/2205 )	5.567.838,34
T O T A L	78.730.683,46



 <div>GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA - SEIRHMA DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/PB DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E TRANSPORTES - DRPT</div>				 <div>GOVERNO DA PARAÍBA</div>					
SINALIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL				Bancos	B.D.I.	Encargos Sociais			
				SICRO3 - JAN/26 - Paraíba	26,75%	Onerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.			
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL				1			43.925.128,00	56,03 %
1.1	5213413	SICRO3	Pintura de faixa com plástico a frio tricomponente à base de resinas metacrílicas por aspersão - espessura de 0,6 mm	m²	239.400,00	69,59	88,20	21.115.080,00	27,10 %
1.2	5213411	SICRO3	Pintura de faixa com plástico a frio bicomponente à base de resinas metacrílicas por extrusão (alto relevo)	m²	10.600,00	224,13	284,08	3.011.248,00	3,87 %
1.3	5213408	SICRO3	Pintura de faixa com termoplástico por aspersão - espessura de 1,5 mm	m²	180.000,00	49,55	62,80	11.304.000,00	14,42 %
1.4	5213401	SICRO3	Pintura de faixa com tinta acrílica - espessura de 0,6 mm	m²	150.000,00	28,82	36,52	5.478.000,00	7,00 %
1.5	5213403	SICRO3	Pintura de faixa com tinta acrílica emulsionada em água - espessura de 0,5 mm	m²	120.000,00	19,84	25,14	3.016.800,00	3,64 %
2	SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA				1			29.237.717,12	35,33 %
2.1	5213405	SICRO3	Pintura de faixa com tinta acrílica - espessura de 0,6 mm (Sinalização de setas e/ou diretrizes na pista)	m²	14.275,00	43,82	55,54	792.833,50	0,67 %
2.2	5213408	SICRO3	Pintura de faixa com termoplástico por aspersão - espessura de 1,5 mm (Sinalização de setas, redutores de velocidade e/ou diretrizes na pista)	m²	10.278,00	49,55	62,80	645.458,40	0,82 %
2.3	5213405	SICRO3	Pintura de setas e zebados com tinta acrílica - espessura de 0,6 mm	m²	8.565,00	43,82	55,54	475.700,10	0,61 %
2.4	5213407	SICRO3	Pintura de setas e zebados com tinta acrílica emulsionada em água - espessura de 0,5 mm	m²	6.852,00	35,16	44,56	305.325,12	0,38 %
2.5	5219624	SICRO3	Tacha refletiva em resina sintética - bidirecional tipo III - fornecimento e colocação	un	375.000,00	54,60	69,20	25.950.000,00	31,55 %
2.6	5219628	SICRO3	Tacha refletiva em resina sintética - monodirecional tipo I - fornecimento e colocação	un	20.000,00	42,15	53,42	1.068.400,00	1,31 %
3	INSTALAÇÕES ( Resolução CE No 033/2205 )				1			5.567.838,34	8,64 %
3.2	CP-8.2	Próprio	Mobilização e desmobilização de equipamentos e pessoal e instalações	%	1,00	90.000,00	114.075,00	114.075,00	0,85 %
3.3	CP-8.3	Próprio	Relatório "as-built" conforme GT/CREA-PB	%	1,00	48.396,15	61.342,12	61.342,12	0,17 %
3.4	CP-8.4	Próprio	Adm. local e encargos complementares	%	1,00	4.254.375,72	5.392.421,23	5.392.421,22	7,62 %
					Total sem BDI				60.199.086,95
					Total do BDI				16.103.255,76
					Total Geral				78.730.683,46



DERPRC202603156V01



OBRA: RODOVIA:	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE RODOVIAS MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL	CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO						DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DA PARAÍBA					
PERÍODO		1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
DIAS ACUMULADOS		30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	360
DISCRIMINAÇÃO		R\$											
FÍSICO FINANCEIRO	6. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	43.925.128,00 29237717,12	1,0%	1%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
	6. SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA	29.237.717,12	1,0%	1%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
	8. INSTALAÇÕES (Resolução CE nº 033/2005)	5.567.838,34	1,0%	1%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
	PARCIAL R\$	787.306,83	787.306,83	787.306,83	1.574.613,67	1.574.613,67	1.574.613,67	1.574.613,67	1.574.613,67	1.574.613,67	1.574.613,67	1.574.613,67	1.574.613,67
	ACUMULADO R\$	787.306,83	1.574.613,67	2.361.920,50	3.936.534,17	5.511.147,84	7.085.761,51	8.660.375,18	10.234.988,85	11.809.602,52	13.384.216,19	14.958.829,86	16.533.443,53

PERÍODO		13 MÊS	14 MÊS	15 MÊS	16 MÊS	17 MÊS	18 MÊS	19 MÊS	20 MÊS	21 MÊS	22 MÊS	23 MÊS	24 MÊS
DIAS ACUMULADOS		390	420	450	480	510	540	570	600	630	660	690	720
DISCRIMINAÇÃO		R\$											
FÍSICO FINANCEIRO	6. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	43.925.128,00	6%	6%	6%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	6%	6%
	6. SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA	29.237.717,12	6%	6%	6%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	6%	6%
	8. INSTALAÇÕES (Resolução CE nº 033/2005)	5.567.838,34	6%	6%	6%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	6%	6%
	PARCIAL R\$	4.723.841,01	4.723.841,01	4.723.841,01	5.511.147,84	5.511.147,84	5.511.147,84	5.511.147,84	5.511.147,84	5.511.147,84	5.511.147,84	4.723.841,01	4.723.841,01
	ACUMULADO R\$	21.257.284,53	25.981.125,54	30.704.966,55	36.216.114,39	41.727.262,23	47.238.410,08	52.749.557,92	58.260.705,76	63.771.853,60	69.283.001,44	74.006.842,45	78.730.683,46



DERPRC202603156V01



**SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO**  
**Relatório Analítico de Encargos Sociais e Trabalhistas de Mão de Obra - Sem desoneração**  
**Paraíba - outubro/2025**

Código	Descrição	Unid.	Encargos Sociais (%)									Encargos Trabalhistas (%)										Verbas Rescisórias (%)					Reincidência (%)		Total (%)
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8	B9	B10	C1	C2	C3	C4	C5	D1	D2	
P9801	Ajudante	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,37	5,08	4,46	0,98	0,05	0,10	9,25	0,74	0,00	-	5,27	0,15	7,87	4,45	0,93	14,36	0,47	109,34
P9802	Ajudante especializado	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,37	5,08	4,46	0,98	0,05	0,10	9,25	0,74	0,00	-	5,27	0,15	7,87	4,45	0,93	14,36	0,47	109,34
P9803	Almoceife - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	7,08	0,90	0,05	0,09	9,24	0,74	0,02	-	3,83	0,10	5,24	3,78	0,93	6,69	0,34	75,93
P9804	Apostador - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	4,42	0,98	0,05	0,10	9,25	0,74	0,01	-	5,29	0,15	7,91	3,70	0,93	5,72	0,48	76,52
P9805	Armador	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,36	5,08	4,50	0,90	0,05	0,09	9,24	0,74	0,00	-	5,23	0,14	7,82	4,45	0,93	14,38	0,47	109,30
P9806	Auxiliar administrativo - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	4,99	0,98	0,05	0,04	9,25	0,74	0,13	-	4,91	0,14	7,35	3,72	0,93	5,96	0,44	76,43
P9807	Bombeiro hidráulico	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,72	5,18	7,32	0,90	0,05	0,09	9,24	0,74	0,00	-	3,65	0,09	5,00	4,55	0,93	15,59	0,33	109,30
P9808	Carpinteiro	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,12	5,01	2,49	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	0,00	-	6,59	0,18	8,84	4,38	0,93	13,52	0,59	109,55
P9809	Encarregado administrativo - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	9,16	0,90	0,05	0,06	9,24	0,74	0,07	-	2,51	0,06	3,17	3,85	0,93	7,47	0,22	75,33
P9810	Eletricista	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,74	5,19	7,34	0,98	0,05	0,10	9,25	0,74	0,00	-	3,64	0,09	4,99	4,56	0,93	15,60	0,33	109,33
P9811	Encarregado especializado - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	3,76	0,93	6,40	0,39	76,22
P9812	Engenheiro - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	8,14	0,90	0,05	0,08	9,24	0,74	0,05	-	3,05	0,08	4,18	3,81	0,93	7,09	0,27	75,63
P9813	Almoceife	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,70	5,18	7,08	0,90	0,05	0,09	9,24	0,74	0,02	-	3,83	0,10	5,24	4,54	0,93	15,50	0,34	109,38
P9814	Operacional - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	5,38	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,01	-	4,65	0,13	6,94	3,73	0,93	6,11	0,42	76,55
P9815	Jardineiro	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,72	5,18	7,26	0,91	0,05	0,09	9,24	0,74	0,01	-	3,70	0,09	5,06	4,55	0,93	15,70	0,33	109,77
P9817	Apostador	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,37	5,08	4,42	0,98	0,05	0,10	9,25	0,74	0,01	-	5,29	0,15	7,91	4,45	0,93	14,36	0,48	109,35
P9818	Auxiliar administrativo	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,45	5,11	4,99	0,98	0,05	0,04	9,25	0,74	0,13	-	4,91	0,14	7,35	4,47	0,93	14,63	0,44	109,41
P9819	Engenheiro supervisor - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	8,14	0,90	0,05	0,08	9,24	0,74	0,05	-	3,05	0,08	4,18	3,81	0,93	7,09	0,27	75,53
P9820	Auxiliar de laboratório	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,42	5,10	4,94	0,90	0,05	0,10	9,24	0,74	0,01	-	4,94	0,14	7,38	4,46	0,93	14,58	0,45	109,28
P9821	Pedreiro	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,50	5,12	5,49	0,98	0,05	0,06	9,25	0,74	0,00	-	4,58	0,13	6,84	4,49	0,93	14,80	0,41	109,18
P9822	Printor	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,57	5,14	6,11	0,90	0,05	0,09	9,24	0,74	0,00	-	4,15	0,11	6,20	4,51	0,93	15,07	0,37	109,11
P9823	Serrateiro	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,68	5,17	7,00	0,90	0,05	0,09	9,24	0,74	0,00	-	3,88	0,10	5,31	4,54	0,93	15,46	0,35	109,36
P9824	Servente	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,37	5,08	4,46	0,98	0,05	0,10	9,25	0,74	0,00	-	5,27	0,15	7,87	4,45	0,93	14,38	0,47	109,34
P9825	Soldador	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,68	5,17	6,96	0,90	0,05	0,10	9,24	0,74	0,01	-	3,92	0,10	5,36	4,54	0,93	15,44	0,35	109,39
P9827	Vigia - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	6,97	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	0,00	-	3,91	0,10	5,36	3,78	0,93	6,65	0,35	75,97
P9828	Auxiliar de topografia	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,36	5,08	4,50	0,90	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	5,24	0,14	7,82	4,45	0,93	14,38	0,47	109,31
P9829	Auxiliar técnico	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,60	5,15	6,27	0,90	0,05	0,07	9,24	0,74	0,09	-	4,42	0,11	6,05	4,52	0,93	15,18	0,39	109,63
P9830	Montador	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,63	5,16	6,55	0,90	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	4,21	0,11	5,77	4,52	0,93	15,27	0,38	109,47
P9831	Chefe do setor administrativo	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,97	5,25	9,16	0,90	0,05	0,06	9,24	0,74	0,07	-	2,51	0,06	3,17	4,62	0,93	16,41	0,22	109,27
P9833	Auxiliar de laboratório - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	4,94	0,90	0,05	0,10	9,24	0,74	0,01	-	4,94	0,14	7,38	3,71	0,93	5,90	0,45	76,33
P9834	Comandante de longo curso	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	19,07	5,28	10,06	0,91	0,05	0,04	9,24	0,74	0,01	-	2,06	0,04	2,25	4,65	0,93	16,90	0,18	109,63
P9837	Oceanógrafo - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	7,64	0,91	0,05	0,09	9,24	0,74	0,05	-	3,42	0,09	4,69	3,80	0,93	6,97	0,31	76,15
P9839	Condutor maquinista fluvial	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,90	5,23	8,72	0,91	0,05	0,06	9,24	0,74	0,00	-	2,85	0,07	3,60	4,60	0,93	16,32	0,25	109,69
P9840	Encarregado geral - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	3,76	0,93	6,40	0,39	76,22
P9842	Fazendeiro - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	6,81	0,90	0,05	0,04	9,25	0,74	0,14	-	4,03	0,10	5,52	3,77	0,93	6,62	0,36	76,16
P9843	Operador de equipamento leve	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,36	5,08	4,41	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	-	-	5,30	0,15	7,92	4,45	0,93	14,34	0,48	109,32
P9845	Operador de equipamento pesado	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,36	5,08	4,41	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	-	-	5,30	0,15	7,92	4,45	0,93	14,34	0,48	109,32
P9846	Operador de equipamento especial	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,36	5,08	4,41	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	-	-	5,30	0,15	7,92	4,45	0,93	14,34	0,48	109,32
P9847	Perfurador de tubulão	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,37	5,08	4,46	0,98	0,05	0,10	9,25	0,74	0,00	-	5,27	0,15	7,87	4,45	0,93	14,36	0,47	109,34
P9848	Desenhista - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	4,71	0,90	0,05	0,07	9,25	0,74	0,10	-	5,10	0,14	7,62	3,71	0,93	5,84	0,46	76,51
P9849	Condutor maquinista fluvial - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	8,72	0,91	0,05	0,06	9,24	0,74	0,00	-	2,85	0,07	3,60	3,83	0,93	7,34	0,25	75,80
P9851	Médico do trabalho - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	8,97	0,91	0,05	0,04	9,24	0,74	0,04	-	2,65	0,06	3,35	3,84	0,93	7,44	0,23	75,70
P9852	Blaster	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,77	5,20	7,65	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-								

**SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO**  
**Relatório Analítico de Encargos Sociais e Trabalhistas de Mão de Obra - Sem desoneração**  
**Paraíba - outubro/2025**

Código	Descrição	Unid.	Encargos Sociais (%)									Encargos Trabalhistas (%)										Verbas Rescisórias (%)					Reincidência (%)		Total (%)
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8	B9	B10	C1	C2	C3	C4	C5	D1	D2	
P9864	Engenheiro de segurança do trabalho - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	7,84	0,91	0,05	0,07	9,24	0,74	0,06	-	3,27	0,08	4,48	3,81	0,93	7,04	0,29	76,03
P9866	Motorista de caminhão	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,56	5,14	5,94	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	0,00	-	4,28	0,12	6,39	4,50	0,93	14,99	0,39	109,14
P9867	Técnico especializado - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	6,27	0,90	0,05	0,07	9,24	0,74	0,09	-	4,42	0,11	6,05	3,76	0,93	6,41	0,39	76,36
P9868	Encarregado administrativo	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,97	5,25	9,16	0,90	0,05	0,06	9,24	0,74	0,07	-	2,51	0,06	3,17	4,62	0,93	16,41	0,22	109,27
P9869	Encarregado de obras de artes especiais - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	3,76	0,93	6,40	0,39	76,22
P9870	Motorista de veículo leve	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,79	5,20	7,80	0,90	0,05	0,08	9,24	0,74	0,00	-	3,30	0,08	4,52	4,57	0,93	15,80	0,29	109,20
P9871	Motorista de veículo especial	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,56	5,14	5,94	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	0,00	-	4,28	0,12	6,39	4,50	0,93	14,99	0,39	109,14
P9872	Encarregado de conservação rodoviária	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,61	5,15	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	4,52	0,93	15,14	0,39	109,47
P9873	Encarregado de obras de artes especiais	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,61	5,15	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	4,52	0,93	15,14	0,39	109,47
P9874	Encarregado de pavimentação	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,61	5,15	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	4,52	0,93	15,14	0,39	109,47
P9875	Encarregado de turma - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	3,76	0,93	6,40	0,39	76,22
P9876	Técnico de segurança do trabalho - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	5,44	0,90	0,05	0,06	9,25	0,74	0,10	-	4,61	0,13	6,89	3,73	0,93	6,11	0,42	76,26
P9877	Encarregado de superestrutura ferroviária	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,61	5,15	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	4,52	0,93	15,14	0,39	109,47
P9879	Encarregado de terraplenagem	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,61	5,15	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	4,52	0,93	15,14	0,39	109,47
P9880	Piloto fluvial - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	10,06	0,91	0,05	0,04	9,24	0,74	0,01	-	2,06	0,04	2,25	3,87	0,93	7,83	0,18	75,43
P9881	Encarregado de turma	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,61	5,15	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	4,52	0,93	15,14	0,39	109,47
P9882	Técnico especializado	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,60	5,15	6,27	0,90	0,05	0,07	9,24	0,74	0,09	-	4,42	0,11	6,05	4,52	0,93	15,18	0,39	109,63
P9883	Chefe do setor administrativo - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	9,16	0,90	0,05	0,06	9,24	0,74	0,07	-	2,51	0,06	3,17	3,85	0,93	7,47	0,22	75,33
P9884	Encarregado de terraplenagem - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	3,76	0,93	6,40	0,39	76,22
P9885	Frentista de túnel	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,37	5,08	4,46	0,98	0,05	0,10	9,25	0,74	0,00	-	5,27	0,15	7,87	4,45	0,93	14,36	0,47	109,34
P9886	Encarregado especializado	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,61	5,15	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	4,52	0,93	15,14	0,39	109,47
P9887	Encarregado geral	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,61	5,15	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	4,52	0,93	15,14	0,39	109,47
P9888	Engenheiro	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,84	5,21	8,14	0,90	0,05	0,08	9,24	0,74	0,05	-	3,05	0,08	4,18	4,58	0,93	15,97	0,27	109,23
P9889	Técnico da qualidade - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	6,17	0,90	0,05	0,07	9,24	0,74	0,09	-	4,49	0,11	6,15	3,75	0,93	6,37	0,40	76,40
P9890	Engenheiro auxiliar	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,84	5,21	8,14	0,90	0,05	0,08	9,24	0,74	0,05	-	3,05	0,08	4,18	4,58	0,93	15,97	0,27	109,23
P9892	Auxiliar de blaster	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,77	5,20	7,65	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	3,41	0,09	4,67	4,56	0,93	15,87	0,31	109,71
P9893	Encarregado de pavimentação - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	3,76	0,93	6,40	0,39	76,22
P9894	Engenheiro chefe	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,84	5,21	8,14	0,90	0,05	0,08	9,24	0,74	0,05	-	3,05	0,08	4,18	4,58	0,93	15,97	0,27	109,23
P9895	Engenheiro de segurança do trabalho	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,80	5,20	7,84	0,91	0,05	0,07	9,24	0,74	0,06	-	3,27	0,08	4,48	4,57	0,93	15,97	0,29	109,74
P9896	Porteiro - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	7,78	0,90	0,05	0,06	9,24	0,74	0,04	-	3,32	0,08	4,54	3,80	0,93	6,95	0,30	75,65
P9897	Técnico de meio ambiente - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	3,89	0,91	0,05	0,06	9,25	0,74	0,13	-	5,65	0,16	8,44	3,68	0,93	5,59	0,51	77,20
P9898	Engenheiro supervisor	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,84	5,21	8,14	0,90	0,05	0,08	9,24	0,74	0,05	-	3,05	0,08	4,18	4,58	0,93	15,97	0,27	109,23
P9899	Fazendeiro	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,67	5,17	6,81	0,90	0,05	0,04	9,25	0,74	0,14	-	4,03	0,10	5,52	4,54	0,93	15,42	0,36	109,57
P9901	Encarregado de superestrutura ferroviária - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	6,30	0,98	0,05	0,07	9,24	0,74	0,00	-	4,40	0,11	6,03	3,76	0,93	6,40	0,39	76,22
P9902	Imediato	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	19,07	5,28	10,06	0,91	0,05	0,04	9,24	0,74	0,01	-	2,06	0,04	2,25	4,65	0,93	16,90	0,18	109,63
P9903	Auxiliar técnico - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	6,27	0,90	0,05	0,07	9,24	0,74	0,09	-	4,42	0,11	6,05	3,76	0,93	6,41	0,39	76,36
P9904	Laboratorista	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,42	5,10	4,94	0,90	0,05	0,10	9,24	0,74	0,01	-	4,94	0,14	7,38	4,46	0,93	14,98	0,45	109,28
P9905	Maneireio de máquinas	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,98	5,28	9,30	0,91	0,05	0,06	9,24	0,74	0,00	-	2,57	0,06	3,02	4,63	0,93	16,58	0,23	109,79
P9906	Médico de clínica hiperbérica	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	12,00	18,94	5,24	8,97	0,91	0,05	0,04	9,24	0,74	0,04	-	2,65	0,06	3,35	4,61	0,93	21,74	0,24	126,96
P9907	Comandante de longo curso - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	10,06	0,91	0,05	0,04	9,24	0,74	0,01	-	2,06	0,04	2,25	3,87	0,93	7,83	0,18	75,43
P9908	Imediato - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	10,06	0,91	0,05	0,04	9,24	0,74	0,01	-	2,06	0,04	2,25	3,87	0,93	7,83	0,18	75,43
P9909	Oficial de náutica - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	8,41	0,91	0,05	0,07	9,24	0,74	0,06	-	3,10	0,07	3,92	3,82	0,93	7,25	0,27	76,06
P9910	Oficial de máquinas - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	9,39	0,91	0,05	0,07,												

**SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO**  
**Relatório Analítico de Encargos Sociais e Trabalhistas de Mão de Obra - Sem desoneração**  
**Paraíba - outubro/2025**

Código	Descrição	Unid.	Encargos Sociais (%)									Encargos Trabalhistas (%)										Verbas Rescisórias (%)					Reincidência (%)		Total (%)
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8	B9	B10	C1	C2	C3	C4	C5	D1	D2	
P9918	Oceanógrafo	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,78	5,20	7,64	0,91	0,05	0,09	9,24	0,74	0,05	-	3,42	0,09	4,69	4,57	0,93	15,98	0,31	109,81
P9919	Oficial de máquinas	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,99	5,26	9,39	0,91	0,05	0,07	9,24	0,74	0,02	-	2,50	0,05	2,93	4,63	0,93	16,63	0,22	109,78
P9920	Mestre fluvial - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	10,06	0,91	0,05	0,04	9,24	0,74	0,01	-	2,06	0,04	2,25	3,87	0,93	7,83	0,18	75,43
P9921	Mergulhador raso autônomo de emergência	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	12,00	18,87	5,22	8,42	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	3,08	0,07	3,90	4,59	0,93	21,44	0,28	127,07
P9922	Mergulhador raso dependente de emergência	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,87	5,22	8,42	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	3,08	0,07	3,90	4,59	0,93	16,21	0,27	109,84
P9924	Mergulhador raso dependente	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,87	5,22	8,42	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	3,08	0,07	3,90	4,59	0,93	16,21	0,27	109,84
P9925	Mergulhador raso autônomo	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	12,00	18,87	5,22	8,42	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	3,08	0,07	3,90	4,59	0,93	21,44	0,28	127,07
P9926	Mergulhador raso auxiliar de superfície	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	12,00	18,87	5,22	8,42	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	3,08	0,07	3,90	4,59	0,93	21,44	0,28	127,07
P9927	Frentista de túnel com periculosidade	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,37	5,08	4,46	0,98	0,05	0,10	9,25	0,74	0,00	-	5,27	0,15	7,87	4,45	0,93	14,36	0,47	109,34
P9930	Eletricista com periculosidade	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,74	5,19	7,34	0,98	0,05	0,10	9,25	0,74	0,00	-	3,64	0,09	4,99	4,56	0,93	15,60	0,33	109,33
P9931	Operador de equipamento de mergulho	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	12,00	18,87	5,22	8,42	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	3,08	0,07	3,90	4,59	0,93	21,44	0,28	127,07
P9932	Operador de equipamento pesado com periculosidade	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,36	5,08	4,41	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	-	-	5,30	0,15	7,92	4,45	0,93	14,34	0,48	109,32
P9933	Supervisor de mergulho raso - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	12,00	-	-	8,42	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	3,08	0,07	3,90	3,82	0,93	9,58	0,28	90,35
P9934	Motorista de veículo especial com periculosidade	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,56	5,14	5,94	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	0,00	-	4,28	0,12	6,39	4,50	0,93	14,99	0,39	109,14
P9935	Oficial de náutica	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,87	5,22	8,41	0,91	0,05	0,07	9,24	0,74	0,06	-	3,10	0,07	3,92	4,59	0,93	16,22	0,27	109,90
P9936	Operacional	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,48	5,11	5,38	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,01	-	4,65	0,13	6,94	4,48	0,93	14,89	0,42	109,68
P9937	Piloto fluvial	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	19,07	5,28	10,06	0,91	0,05	0,04	9,24	0,74	0,01	-	2,06	0,04	2,25	4,65	0,93	16,90	0,18	109,63
P9938	Operador de equipamento leve com periculosidade	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,36	5,08	4,41	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	-	-	5,30	0,15	7,92	4,45	0,93	14,34	0,48	109,32
P9939	Operador de equipamento leve com insalubridade	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	12,00	18,36	5,08	4,41	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	-	-	5,30	0,15	7,92	4,45	0,93	16,01	0,50	126,01
P9942	Manilhete de comets com periculosidade	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,99	5,26	9,35	0,91	0,05	0,09	9,24	0,74	0,00	-	2,53	0,05	2,97	4,63	0,93	16,61	0,22	109,79
P9944	Operador de equipamento especial com periculosidade	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,36	5,08	4,41	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	-	-	5,30	0,15	7,92	4,45	0,93	14,34	0,48	109,32
P9946	Engenheiro auxiliar - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	8,14	0,90	0,05	0,08	9,24	0,74	0,05	-	3,05	0,08	4,18	3,81	0,93	7,09	0,27	75,53
P9947	Técnico florestal - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	3,89	0,91	0,05	0,06	9,25	0,74	0,13	-	5,65	0,16	8,44	3,68	0,93	5,59	0,51	77,20
P9948	Motorista de veículo leve - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	7,80	0,90	0,05	0,08	9,24	0,74	0,00	-	3,30	0,08	4,52	3,80	0,93	6,94	0,29	75,59
P9949	Topógrafo - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	4,50	0,90	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	5,24	0,14	7,82	3,70	0,93	5,73	0,47	76,47
P9950	Auxiliar de topografia - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	4,50	0,90	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	5,24	0,14	7,82	3,70	0,93	5,73	0,47	76,47
P9951	Médico de climara hiperbárica - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	12,00	-	-	8,97	0,91	0,05	0,04	9,24	0,74	0,04	-	2,65	0,06	3,35	3,84	0,93	9,84	0,24	90,10
P9952	Pedreiro - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	5,48	0,98	0,05	0,08	9,25	0,74	0,00	-	4,58	0,13	6,84	3,73	0,93	6,11	0,41	76,11
P9953	Eletricista - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	7,34	0,98	0,05	0,10	9,25	0,74	0,00	-	3,64	0,09	4,99	3,79	0,93	6,79	0,33	75,82
P9954	Servente - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	4,46	0,98	0,05	0,10	9,25	0,74	0,00	-	5,27	0,15	7,87	3,70	0,93	5,73	0,47	76,50
P9955	Engenheiro chefe - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	8,14	0,90	0,05	0,08	9,24	0,74	0,05	-	3,05	0,08	4,18	3,81	0,93	7,09	0,27	75,53
P9956	Motorista de caminhão com periculosidade	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	18,56	5,14	5,94	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	0,00	-	4,28	0,12	6,39	4,50	0,93	14,99	0,39	109,14
P9957	Motorista de ônibus	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	16,72	4,62	-	0,90	0,05	0,09	9,24	0,74	-	-	12,47	0,38	12,32	4,24	0,93	11,94	1,14	112,68
P9958	Motorista de ônibus - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	-	-	-	0,90	0,05	0,09	9,24	0,74	-	-	12,47	0,38	12,32	3,55	0,93	4,07	1,14	82,77
P9959	Motorista de veículo especial com periculosidade - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	-	-	-	-	5,94	0,98	0,05	0,09	9,25	0,74	0,00	-	4,28	0,12	6,39	3,75	0,93	6,27	0,39	75,96
P9960	Porteiro	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,79	5,20	7,78	0,90	0,05	0,08	9,24	0,74	0,04	-	3,32	0,08	4,54	4,57	0,93	15,80	0,30	109,26
P9963	Supervisor de mergulho raso	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	12,00	18,87	5,22	8,42	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,00	-	3,08	0,07	3,90	4,59	0,93	21,44	0,28	127,07
P9964	Técnico da qualidade	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,59	5,14	6,17	0,90	0,05	0,07	9,24	0,74	0,09	-	4,49	0,11	6,15	4,51	0,93	15,13	0,40	109,65
P9965	Técnico de balneária	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,71	5,18	7,14	0,91	0,05	0,10	9,24	0,74	0,02	-	3,78	0,10	5,18	4,55	0,93	15,67	0,34	109,84
P9966	Técnico de meio ambiente	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,30	5,06	3,89	0,91	0,05	0,06	9,25	0,74	0,13	-	5,65	0,16	8,44	4,43	0,93	14,29	0,51	110,00
P9967	Técnico de segurança do trabalho	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,11	-	18,50	5,12	5,44	0,90	0,05	0,06	9,25	0,74	0,10	-	4,61	0,13	6,89	4,48	0,93	14,92	0,42	109,34
P9968	Técnico florestal	h	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	18,30	5,08	3,89	0,91	0,05	0,06	9,25	0,74	0,13	-	5,65	0,16	8,44	4,43	0,93	14,29	0,51	110,00
P9972	Técnico de balneária - mensalista	mês	20,00	8,00	2,50	1,50	1,60	0,20	3,00	0,41	-	-	-	7,14	0,91														



DER-PB			
QUADRO DA TAXA DE BDI APLICADO			
OBRA: PAVIMENTAÇÃO			
BDI REFERENCIAL ONERADO			
Descrição das Parcelas		Intervenção	
		Porte	
Despesas Indiretas		% sobre PV	% sobre CD
Administração Central	Variável - f (CD)	4,63	6,00
Despesas Financeiras	1,17% sobre (PV - Lucro)	1,06	1,37
Seguros e Garantias Contratuais	0,25% do PV	0,25	0,32
Riscos	0,50% do PV	0,50	0,65
Subtotal 1		6,44	8,35
Benefícios		% sobre PV	% sobre CD
Lucro	Variável - f (CD)	7,72	10,00
Subtotal 2		7,72	10,00
Tributos		% sobre PV	% sobre CD
PIS	0,65% do PV	0,65	0,84
COFINS	3,00% do PV	3,00	3,89
ISSQN*	3,00% do PV	3,00	6,48
Subtotal 3		6,65	11,21
Total - BDI (%)		22,81	26,75
PV = Preço de Venda CD = Custo Direto SELIC (julho/2025) = 15,00% a.a. DF = $[(1+SELIC)^{(1/12)}-1]$ sobre (PV - Lucro), o que resulta em DF = 1,17% sobre (PV - Lucro)			





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA - SEIRHMA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/PB  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E TRANSPORTES - DRPT



GOVERNO  
DA PARAÍBA

MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÃO DO CANTEIRO

OBRA:	SINALIZAÇÃO DE RODOVIAS				
RODOVIA:	MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADOS				
Item	Descrição	Und.	Quant.	Preço unit.	Total
01	Instalação e manutenção do canteiro de obras	VB	1,00	40.000,00	40.000,00
02	Transporte de máquinas, caminhões e equipamentos para o local da obra e retorno	VB	1,00	50.000,00	50.000,00
TOTAL					90.000,00





## PROCURADORIA JURIDICA – CONTRATO PJ-XXX/2026

### CONCORRÊNCIA Nº 008/2026

TERMO DE CONTRATO PJU Nº <número contrato>, SOB O REGIME EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, QUE ENTRE SI FAZEM O O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – DER/PB E A EMPRESA< > PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NA MALHA RODOVIÁRIA DA PARAÍBA, SOB JURISDIÇÃO DO DER-PB, NA FORMA ABAIXO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº DER-PRC-2026/03156.

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/PB, Autarquia Estadual, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos - SEIRH, com sede na Av. José Américo de Almeida, S/N, Centro, João Pessoa – PB, inscrito no CNPJ sob nº 09.122.706.0001-09, neste ato representada pelo Diretor Superintendente, CARLOS PEREIRA DE CARVALHO E SILVA, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 002.242.864-04 e portador do RG nº 55.233 SSP/PB, residente nesta cidade, e do outro lado a empresa <Nome Contratada>, pessoa jurídica de direito privado com sede <Endereço Contratada>, inscrito no CNPJ nº < Número CNPJ> aqui denominada CONTRATADA, representada pelo seu Titular, <Nome Representante Contratada>, brasileiro(a), residente e domiciliado <Endereço Representante Contratada>, conforme documento que fica arquivado no setor competente, tendo como Responsável Técnico <Responsável Técnico Contratada>, portador da Carteira Profissional nº <nº CREA ou CAU>, considerando ter sido a vencedora da licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xx/2026 constante do PROCESSO SGC Nº xxxxxxxxx, devidamente homologada pelo Diretor Superintendente, acordam em assinar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 14.133/21, nos Decretos Estaduais nºs 41.200/2021, 42.967/2022, 43.759/2023, 43.975/2023; 44.383/2023; 44.639/2023, Portaria Conjunta CGE/PGE/SEAD nº 001/2024, de 22 de fevereiro de 2024; Lei Estadual 12.868 de 06 de novembro de 2023; Lei nº 9.697/12, de 04/05/2012, (CAFIL), na Lei Estadual nº 9.625/2011 (CÓDIGO ESTADUAL DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO, EXPLOÇÃO E CONTROLE DE PÂNICO), e demais legislações correlatas, o qual será regido pelas Cláusulas e condições seguintes que mutuamente acordam e aceitam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto deste Contrato é a contratação de empresa especializada para execução de serviço contínuo, sob demanda, de implantação, manutenção, revitalização e restauração da sinalização viária horizontal na malha rodoviária estadual pavimentada sob jurisdição do DER/PB, mediante emissão de Ordens de Serviço (OS) ao longo da vigência contratual, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada e demais insumos necessários, conforme especificações técnicas e elementos técnicos constantes no Relatório Técnico Preparatório e demais documentos que embasam a contratação.

1.2 O regime de execução é o de empreitada por preço unitário, com medição e pagamento pelos quantitativos efetivamente executados e aceitos.

Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba-Av. Min. José Américo de Almeida, S/N-Centro-João Pessoa/PB-CEP:58.040-902





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

1.3 Será admitida a subcontratação parcial dos serviços, objeto deste Contrato, nas condições dispostas neste Contrato, em cláusula que trata da subcontratação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO A LICITAÇÃO E ANEXOS DO CONTRATO

2.1 Este contrato está vinculado à licitação CONCORRÊNCIA.

2.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Relatório Técnico Preparatório;

2.2.2. O Edital da Licitação;

2.2.3. A Proposta do contratado;

2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor do Contrato à base dos preços propostos e aprovados é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXX)**.

3.2 O valor da garantia de execução deste Contrato e os respectivos procedimentos que regem o assunto obedecerão à cláusula deste Contrato que trata de garantia de execução.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

4.2 - Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa e conferidos pela fiscalização do/a DER, serão lançados no Boletim de Medição, que será assinado pelo Eng.º fiscal e pelo Responsável Técnico da contratada.

4.2.1 - O boletim de medição será obrigatório e formalmente ratificado pela Gerência responsável, para posterior encaminhamento ao Diretor Técnico que deverá ratificar e dar as devidas providências.

4.2.2 - Devem ser identificados os assinantes e os responsáveis pelas ratificações do boletim pelo nome completo, título profissional, nº do CREA e cargo que ocupa. E o responsável técnico da contratada deverá por nome completo, título profissional, nº do CREA e cargo que ocupa com o devido nome da empresa.

4.2.3 - As medições serão mensais com intervalos nunca inferiores a 30 (trinta) dias, excetuando-se a medição inicial e final.

4.2.4 - No Boletim de Medição devem constar:

a) todos os serviços medidos até a presente medição, com suas respectivas unidades de medidas;

b) os quantitativos, preços unitários e valor total dos serviços contratados, medidos e acumulados até a presente medição, bem como a repercussão financeira destes.





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS  
DER-PB



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

c) o número do contrato, objeto contratual, empresa contratada, valor do contrato e data inicial e final do contrato;

d) número da ordem de serviço e a data da sua emissão;

e) o número de ordem da medição, data de sua emissão, período dos serviços medidos e o valor da presente medição;

4.2.5 - Anexo ao boletim de medição deve constar a respectiva memória de cálculo detalhada, Relatório Fotográfico dos serviços executados, cópia do registro diário de execução (diário de serviços/registro eletrônico), relatório gerencial do período, e demais evidências exigidas no RTP/OS para a medição (incluindo relatório fotográfico, quando aplicável), Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, e relação dos funcionários e terceirizadas que executaram serviços na medição.

4.2.6 - Os serviços constantes no boletim de medição deverão corresponder às Ordens de Serviço (OS) emitidas no período e às medições efetivamente executadas e aceitas, observada a programação de atendimento definida pela Administração e o plano de mobilização/execução aprovado pela fiscalização, quando aplicável.

4.2.6.1 – Caso tenha havido atrasos na execução de serviços previstos no cronograma Físico-Financeiro, deverá a fiscalização notificar a contratada para apresenta justificativas sob pena de sofrer as penalidades contratuais e legais. Salvo, nos casos em que a própria Administração der causa, desde que devidamente justificado pela fiscalização.

4.2.6.2 - No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na medição subsequente.

4.2.7 - A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

4.2.8 - A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer responsabilidade contratual e legal, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

4.3 – A fiscalização e Gerência responsável terão o prazo de até o quinto dia útil do mês, contados a partir da data da apresentação da medição, para encaminhar a medição a Diretoria Técnica com as devidas documentações.

4.4 - Os Boletins de Medições com os quantitativos dos serviços executados até último dia de cada mês, exceto medição inicial e final, serão pagos através de crédito em conta corrente, mediante AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO - AP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do adimplemento de cada parcela referente aos serviços executados e medidos.

4.4.1 – O adimplemento de cada parcela dar-se-á quando comprovada a liquidação da parcela, ou seja, a comprovação da entrega regular de toda documentação exigida neste Contrato e anexos para a efetivação do pagamento.

4.4.2 – A liquidação fica condicionada à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

- a) Na primeira medição, o comprovante de que o contrato teve sua Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica – ART efetuada no CREA-PB ou CAU-PB, nos termos da Resolução 425 de 18.12.98 do CONFEA e art. 45 da Lei nº 12.378/2010, sob pena do não recebimento da medição requerida;
- b) Também na primeira medição, quando cabível, comprovação de inscrição no CNO/CAEPF ou cadastro equivalente exigível para a natureza da execução, conforme normativos aplicáveis;
- c) Do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração, através da cópia autenticada da folha de pagamento de pessoal e respectivas guias de recolhimento prévio, das contribuições previdenciárias e do fundo de garantia do tempo de serviço-FGTS, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma prevista na lei 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.711 – IN INSS/DC Nº 69 e 71/2002, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS;
- d) Da regularidade fiscal e trabalhista, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021, apresentada pelo contratado;
- e) Da não inclusão da contratada no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN e no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual-CAFILPB.
- f) Quando aplicável, a empresa contratada deverá anexar, junto ao último boletim de medição, o comprovante de encerramento do serviço objeto desta contratação no Cadastro Nacional de Obras (CNO).

4.5 - Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.6 - Será retido quando do pagamento de cada medição:

- a) 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor da fatura, referente apenas ao serviço (mão de obra), em atendimento ao §6º do art. 7º da Lei nº 12.546/11;
- b) o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

4.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá apresentar comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar, para fins de impedir a retenção dos tributos abrangidos pelo Sistema.

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba-Av. Min. José Américo de Almeida, S/N-Centro-João Pessoa/PB-CEP:58.040-902





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

$I = (TX)$   
 $I = (6/100)/365$   
 $I = 0,00016438$   
 $TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

4.9 – Eventual atualização financeira decorrente de mora estabelecida no item 4.8 somente será computada a partir da disponibilidade dos recursos à DER.

4.10 – Para a realização da medição final dos serviços, obras ou produtos contratados, o pagamento do saldo remanescente não poderá ser inferior a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.10.1 – O pagamento da medição final estará condicionado à apresentação do termo de entrega definitiva e da documentação as-built.

4.10.2 – Em caso de pendência restrita à entrega do termo de entrega definitiva e da documentação as-built, será admitida a redução do percentual anteriormente estipulado para 2,0% (dois por cento), cujo adimplemento ocorrerá exclusivamente após a apresentação dos referidos documentos, assegurando-se o cumprimento das obrigações contratuais.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos em vigor, e da Resolução CE 085/2004 de 24/08/2004 do Conselho Executivo do DER/PB e pela Instrução Normativa nº 1/DNIT SEDE de 24 de janeiro de 2023.

5.2 Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão ser reajustados mediante solicitação da Contratada após decorridos doze meses, aplicando-se o índice de Obras Rodoviárias do DNIT, conforme fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, respeitada a periodicidade mínima legal, mediante a seguinte fórmula:

$$R = I_i - I_0 * V$$

onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado;

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato da obra ou serviço a ser reajustado;

I<sub>0</sub> = Índice de preço verificado no mês base do orçamento da administração/DER/PB;

I<sub>i</sub> = Índice de preço referente ao mês de reajustamento correspondente ao da data do adimplemento da obrigação

I<sub>i</sub> = Índice de preço referente ao mês de reajustamento correspondente ao da data do adimplemento da obrigação

5.2.1 A solicitação de reajuste contratual deverá ser feita pela Contratada, sendo este direito condicionado à sua manifestação expressa. Somente a partir deste ato surge o direito ao reajuste contratual, não sendo possível a concessão de reajustes retroativos.

5.2.2 Caso ocorra a prorrogação da vigência do contrato sem a prévia solicitação de reajuste, nos moldes estabelecidos no contrato, ou qualquer ressalva ao direito no aditivo, configura-se a preclusão lógica desse direito.

5.3 A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data do orçamento estimado e de acordo com a vigência do contrato.

5.4 Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 1 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

5.5 Nos casos em que a prorrogação dos prazos seja de inteira responsabilidade da contratada, os contratos não serão reajustados.

5.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

6.1. O presente contrato terá vigência inicial de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data de sua assinatura.

6.2. A execução do objeto ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço (OS) durante a vigência contratual. Cada OS estabelecerá os prazos de mobilização e de execução aplicáveis à respectiva demanda, bem como demais condições operacionais, observado o RTP e anexos.

6.2.1 Recebida a OS, a Contratada iniciará a mobilização e execução no prazo definido na própria OS, observado, como regra geral, o prazo máximo de 5 (cinco) dias para início, salvo prazo diverso fixado motivadamente pela Administração em razão da criticidade do trecho/segmento.

6.3. A vigência poderá ser prorrogada sucessivamente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão no edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para as partes, na forma da lei.

6.4. Quando do recebimento da referida Ordem de Serviço, a Contratada deverá apresentar à Diretoria Técnica da DER, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, do(s) engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) e do(s) preposto(s) indicados pela empresa para a licitação.

6.5. Se a empresa contratada não for registrada no CREA do Estado da Paraíba, o respectivo Certificado de Registro deve ser vistado pelo CREA da Paraíba e ser apresentado quando do recebimento da Ordem de Serviço.

6.6. Sendo cabível, por ocasião do início dos serviços deverão ser apresentados ao Fiscal Administrativo, os seguintes documentos:

a) matrícula específica dos serviços, objeto do presente Edital, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS; e,





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS  
DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

b) cópia(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART's do(s) engenheiro(s) Responsável(eis) Técnico(s) e preposto(s) indicado(s) pela empresa para a licitação, junto ao CREA/PB.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas correrão por conta dos recursos financeiros alocados no Projeto **31201.26.782.5004.4468.00000000287.44905100.50000.9.1.0000**, Natureza 4.4.90.51, Fonte 500 do Orçamento Programa do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba - DER/PB, para o exercício corrente e seguintes.

7.2 - Reserva Orçamentária n.º **1433**.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - A contratada que cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 14.133/2021, na Lei Estadual nº 9.697/2012 e neste Contrato ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência

b) Multa:

b.1) Moratória por dia de atraso injustificado, sobre o valor da contratação, conforme procedimentos descritos no subitem 8.11, a seguir.

b.2) Compensatória sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme procedimentos do subitem 8.11 a seguir.

c) Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) Inscrição no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual-CAFILPB

8.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.4 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado da Paraíba, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Estado da Paraíba e cobrados judicialmente.

8.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS  
DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

8.6 Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, acarretarão a CONTRATADA, as seguintes consequências, sem prejuízo de quaisquer sanções previstas neste Contrato:

- a) Suspensão imediata pela Contratante, dos trabalhos no estado em que se encontram;
- b) Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados a Contratante e não cobertos pela garantia contratual.

8.7 A aplicação da sanção de que trata o subitem 8.1, “d” a “e” deste Contrato implicará ainda o descredenciamento do CONTRATANTE, pelo mesmo prazo, do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Cadastramento da Secretária de Administração do Estado da Paraíba;

8.8 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.9 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

8.9.1 **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

8.9.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

**8.9.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

**8.9.4 Multa:** É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas da CONTRATANTE, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

**8.9.4.1 - Nos casos de atrasos:**

**8.9.4.1.1 – Até 0,33 % (trinta e três centésimos por cento)** por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

**8.9.4.1.2 – Até 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento)** por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

**8.9.4.1.3 - Até 5% (cinco por cento)** sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de entrega objeto da licitação;

**8.9.4.2 - Nos casos de recusa ou inexecução:**

**8.9.2.1 – Até 15% (quinze por cento)** sobre o valor total contratado, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

**8.9.2.2 – Até 20% (vinte por cento)** sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.

**8.9.3 - A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do §3º e § 8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte ordem:**

**8.9.3.1 - Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo Contrato, quando for o caso;**

**8.9.3.2 - Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e**

**8.9.3.3 - Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.**

**8.9.4 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada, mediante a aplicação da fórmula constante no subitem 4.8 deste contrato, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.**

**8.9.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:**

Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba-Av. Min. José Américo de Almeida, S/N-Centro-João Pessoa/PB-CEP:58.040-902





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS  
DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

8.9.5.1 - O atraso na execução do objeto deste contrato, não superior a 05 (cinco) dias; e

8.9.5.2 - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

8.9.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

8.9.7 - Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do Contrato, exceto se houver justificado interesse da CONTRATANTE em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades previstas no contrato e na legislação pátria.

8.10 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.11 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.11.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.11.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou



à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

9.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme determina o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

9.3 As supressões estarão limitadas a 25% (vinte e cinco por cento), entretanto aquelas resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder esse limite.

9.4 Em caso de aditamento contratual que incorra em inclusão de serviços não previstos inicialmente na planilha orçamentária, os preços desses novos serviços serão reduzidos na mesma proporção do desconto ofertado pela contratada à época da licitação, ou seja, sofrerão redução proporcional à diferença percentual original entre os custos unitários dos insumos e serviços cotados em sua proposta e aqueles constantes na planilha orçamentária do órgão licitante.

9.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Ao assinar o contrato, a Contratada concorda com todos os documentos técnico integrantes do processo, dentre ele o Estudo Técnico Preliminar, O Relatório Técnico Preparatório e Projetos está em conformidade com as normas vigentes, e que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, o limite legal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO (art. 92, XIX)

10.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2 A Contratante poderá extinguir unilateralmente o Contrato de pleno direito, independente de qualquer interposição judicial ou extrajudicial e do pagamento de qualquer indenização qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba-Av. Min. José Américo de Almeida, S/N-Centro-João Pessoa/PB-CEP:58.040-902





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

X- o não cumprimento, o cumprimento irregular ou lento, das Cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos estabelecidos;

XI- a sub-contratação total dos serviços e cessão total ou parcial do contrato;

XII- a sub-contratação parcial, sem a anuência da Contratante quando permitida;

XIII- quando restar comprovada a impossibilidade da conclusão do serviço, no prazo estipulado, por culpa exclusiva do contratado;

XIV- a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;

XV- a associação do contratado com outrem, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitida no EDITAL.

10.3 - Decretada a rescisão contratual, pelos motivos delineados nas alíneas anteriores, a CONTRATADA, ficará sujeita a aplicação das sanções previstas neste Contrato.

10.4 O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

10.4.1 supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

10.4.2 suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS  
DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

10.4.3 repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

10.4.4 atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

10.4.5 não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

10.4.6 As hipóteses de extinção a que se referem os incisos 10.4.2, 10.4.3 e 10.4.3, observando-se as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

10.4.7 Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.4.8 A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10.4.8.1 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

10.4.9 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

10.4.9.1 A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

10.4.9.2 Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade máxima do órgão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Executar os serviços exclusivamente por Ordens de Serviço (OS), em conformidade com o Edital, RTP, ETP, especificações técnicas e critérios de aceitação, responsabilizando-se pela qualidade, segurança e conformidade.

11.2 Manter, durante toda a execução, Responsável Técnico legalmente habilitado, com as ARTs/RRTs pertinentes, e preposto aceito pela Administração, com poderes para representar a Contratada perante a fiscalização.

11.3 Disponibilizar estrutura de apoio operacional no Estado, compatível com a natureza contínua e territorialmente distribuída do objeto, garantindo capacidade de mobilização e atendimento conforme prazos definidos em OS.

11.4 Segurança viária e do trabalho:

- a) manter sinalização temporária e medidas de segurança nas frentes de serviço, inclusive em baixa visibilidade/período noturno, conforme normas aplicáveis e diretrizes do DER/PB;
- b) cumprir as NRs e demais normas de SST aplicáveis às atividades efetivamente executadas, mantendo programas legais (PGR/PCMSO e correlatos), com fornecimento e fiscalização de uso de EPIs/EPCs.

11.5 Controle de qualidade, correção e glosas: realizar ensaios/testes e controles previstos nas especificações, bem como promover correções/retrabalhos sem ônus quando houver não conformidade imputável à Contratada, sujeitando-se a glosas e demais consequências contratuais.

11.6 Registros e evidências: manter registro diário de execução por OS (trechos atendidos, equipe/equipamentos, condições climáticas relevantes, ocorrências e evidências), e apresentar relatório fotográfico e demais documentos exigidos para a medição e aceitação.

11.7 Equipamentos/recursos mínimos: manter disponibilidade mínima de equipamentos e recursos operacionais previstos no RTP/Edital, incluindo:

- a) 04 caminhões de carroceria e 02 equipamentos de sinalização horizontal;

Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba-Av. Min. José Américo de Almeida, S/N-Centro-João Pessoa/PB-CEP:58.040-902





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

b) 02 veículos tipo SUV, conforme condições do Edital/Contrato;

c) as despesas decorrentes desses meios operacionais deverão estar contempladas nos itens correspondentes do orçamento contratual, quando previsto.

11.8 Encargos e responsabilidade: responder integralmente por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução, bem como por danos causados a terceiros e ao patrimônio público/privado.

11.9 Subcontratação: somente nas hipóteses e limites da cláusula específica, permanecendo a Contratada como responsável integral pela execução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 São obrigações do Contratante:

12.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no O Relatório Técnico Preparatório;

12.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato; 12.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

12.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

12.1.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.7.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.1.8. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.1.9. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.3 Além das estabelecidas no Edital, bem como neste Contrato e seus Anexos, constituem obrigações da contratante:

Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba-Av. Min. José Américo de Almeida, S/N-Centro-João Pessoa/PB-CEP:58.040-902





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS  
DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

- a) Fornecer em tempo hábil os projetos aprovados pelos órgãos Federais, Estaduais e Municipais e concessionárias de serviços públicos que exerçam controle sobre a execução dos serviços e obras, como a Prefeitura Municipal (Projeto Legal), o Corpo de Bombeiros (Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio), as concessionárias de energia elétrica e de telefonia (Projetos de Entrada de Energia Elétrica e de Telefonia), as concessionárias de gás, água e esgotos (Projetos de Instalações Hidráulicas, Sanitárias e Gás Combustível) e CONAMA ou órgão estadual competente (Licença Ambiental de Instalação – LAI);
- b) Providenciar o projeto executivo antes do início dos serviços ou emitir autorização expressa, com a devida justificativa técnica de que esse projeto poderá ser elaborado concomitantemente com a execução do serviço;
- c) Manter desde o início dos serviços e obras até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, uma equipe de Fiscalização constituída por profissionais habilitados que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos.
- d) Disponibilizar para equipe de fiscalização Livro de Ocorrências, com abertura formal, com páginas numeradas em 3 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, para registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual.
- e) Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços;
- f) Liberar as áreas destinadas ao serviço;
- g) Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro;
- h) Proceder às medições mensais dos serviços efetivamente executados;
- i) Efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela Contratada com base nas medições de serviços aprovadas pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato, ou seja, que forem regularmente liquidadas;
- k) Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipuladas neste Instrumento;

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1 A Administração designará formalmente Gestor do Contrato e Fiscal(is) Técnico(s) e Administrativo(s), com atribuições definidas nos termos da Lei nº 14.133/2021 e normativos internos.

13.2 Compete à fiscalização, sem prejuízo de outras atribuições:

- a) acompanhar a execução por OS, verificando conformidade com especificações, critérios de aceitação e evidências mínimas para medição;
- b) registrar ocorrências e comunicações em sistema/livro próprio, garantindo rastreabilidade;
- c) determinar correções/retrabalhos e aplicar glosas quando constatada não conformidade imputável à Contratada;

Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba-Av. Min. José Américo de Almeida, S/N-Centro-João Pessoa/PB-CEP:58.040-902





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

- d) atestar medições mensais somente de serviços efetivamente executados e aceitos;
- e) emitir, quando cabível, termos de recebimento provisório/definitivo por OS/trecho e ao final do contrato.

13.3 O acompanhamento e a fiscalização não excluem nem reduzem a responsabilidade da Contratada, nem implicam solidariedade da Administração por danos decorrentes da execução.

13.4 As determinações da fiscalização deverão ser prontamente atendidas, ou justificadas por escrito pela Contratada, sob pena das medidas legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ORDEM DE SERVIÇO (OS)

14.1 A execução do objeto ocorrerá exclusivamente mediante Ordens de Serviço (OS) emitidas pela Administração, as quais deverão indicar, no mínimo:

- a) trecho/segmento a atender;
- b) escopo/itens a executar (conforme planilha contratual);
- c) quantitativos estimados para a demanda;
- d) prazo de mobilização e prazo de execução;
- e) requisitos de sinalização temporária e segurança viária; e
- f) critérios de aceitação e evidências mínimas para medição.

14.2. A OS poderá definir a tecnologia aplicável ao trecho/segmento (MMA, termoplástico, acrílica em água), considerando criticidade operacional, condições locais e diretrizes técnicas, observado o disposto no ETP/RTP e nas especificações.

14.3. Os quantitativos do orçamento de referência são estimativos; não há obrigação de consumo integral, sendo devido pagamento apenas pelo que for efetivamente executado e aceito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

15.1 O recebimento será realizado por OS/trecho e por verificação de conformidade com os critérios de aceitação definidos no Edital/RTP e na OS, sem prejuízo do recebimento final ao término da vigência contratual.

15.2 Recebimento provisório: concluída a execução de uma OS (ou etapa definida pela Administração), a Contratada comunicará formalmente a fiscalização, que realizará vistoria e emitirá termo circunstanciado em até 15 (quinze) dias, indicando conformidade ou não conformidades e prazos de correção, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias para saneamento quando tecnicamente justificável.

15.3 Recebimento definitivo: sanadas as pendências, será emitido termo de recebimento definitivo da OS/trecho, ou termo consolidado ao final da vigência, conforme definido pela Administração.

15.4 Documentos de recebimento: para cada recebimento, a Contratada apresentará as evidências e registros exigidos (relatórios, registros diários, relatórios fotográficos, certificados/laudos quando aplicáveis e documentação “as built” quando prevista).

15.5 O recebimento definitivo não afasta as responsabilidades legais e contratuais da Contratada quanto à qualidade e segurança do objeto executado.





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS  
DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 - A CONTRATANTE por conveniência administrativa ou técnica, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando devidamente a CONTRATADA, por escrito de tal decisão.

16.2 - Se a CONTRATADA, por circunstância de força maior for impedida de cumprir total ou parcialmente o contrato, deverá comunicar imediatamente por escrito à CONTRATANTE.

16.3 - Caso as paralisações referidas nos itens anteriores, ocorram uma ou mais vezes e perdurem por 10 (dez) dias ou mais, a CONTRATANTE poderá suspender o contrato, pelo período necessário à solução do impasse, cessando nesse período as obrigações da CONTRATADA, excetuando-se estabelecidas pela fiscalização da CONTRATANTE com o acordo da CONTRATADA.

16.4 - Se a suspensão injustificada do contrato perdurar por 120 (cento e vinte) dias, quaisquer das partes poderá solicitar a rescisão do Contrato.

16.5 - As despesas realizadas durante o período da paralisação e aceitas pela fiscalização serão pagas na primeira mediação de reinício dos serviços, mediante a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízos das exigências referentes aos pagamentos, no que couber:

- a) Autorização prévia da fiscalização com justificativa para que as mesmas sejam realizadas (ex: vigilância, desmobilização e as relacionadas com a manutenção da estrutura de apoio operacional e segurança das frentes de serviço);
- b) Comprovantes da execução das mesmas (Ex: notas fiscais, recibos, folhas de pagamentos devidamente assinada pelo empregado, guias de encargos, etc);
- c) Fotografias validadas pela fiscalização, contendo legenda e data;
- d) outros que a fiscalização considerar necessários.

16.6 - A justificativa mencionada no item anterior "a" deve explicitar as razões técnicas e/ou legais da execução dos serviços durante a paralisação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DO CONTRATO

17.1 - A garantia de execução deste contrato equivale ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, ou seja, **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**

(a) Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública a que se refere o parágrafo quinto do artigo 59 da Lei n.º 14.133, de 2021, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

(b) No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser descrito o banco onde foi depositado, inclusive agência e conta, identificado que o crédito foi em nome do CONTRATANTE.

(c) Caso a opção foi títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.





(d) Na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

(e) A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter prazo de vigência igual ou superior do contrato.

(f) No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. (e) O gestor do contrato e os responsáveis em controlar os aditivos contratuais deverão estar atentos a essa exigência.

17.2 - No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições, mediante a emissão de respectivo endosso pela seguradora.

17.3 - Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 30(trinta) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

17.4 - Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada através a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços, ou após a extinção por culpa exclusiva da Administração, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída em até 30 (trinta) dias e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

18.1 - É admitida a subcontratação parcial apenas para atividades acessórias, que não integrem o núcleo do objeto e que não correspondam às parcelas de maior relevância definidas no Edital/RTP para fins de qualificação técnica, observados o limite de até 30% (trinta por cento) do orçamento e as condições desta cláusula, em conformidade com o art. 122, caput, da Lei nº 14.133/2021.

18.2 - A subcontratação dependerá de autorização prévia do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba (DER-PB), que se reserva o direito de avaliar se o subcontratado atende aos requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

18.3 - A CONTRATADA deverá apresentar à Administração a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, a qual será avaliada e anexada aos autos do processo correspondente.

18.3.1 - Em qualquer hipótese de subcontratação, a responsabilidade integral pela perfeita execução contratual permanecerá sob a incumbência da CONTRATADA, que deverá realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, respondendo perante o DER-PB pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao objeto da subcontratação.

18.3.2 - Para a avaliação das subcontratações, serão aplicados os mesmos critérios utilizados na análise da licitante, incluindo habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e verificação de impedimentos para licitar e contratar com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba.

18.4 - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe funções na contratação ou atue na fiscalização





SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO  
DA PARAÍBA

ou gestão do contrato, bem como em casos de vínculo como cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, conforme reza o art. 122, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

18.5 - É vedada a subcontratação total ou das parcelas tecnicamente mais complexas ou de valor mais significativo do objeto, que motivaram a necessidade de comprovação de capacidade financeira ou técnica por parte da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - A CONTRATADA se sujeita integralmente aos termos do presente Contrato.

19.2. - A CONTRATADA se obriga a instalar e manter nas frentes de serviço/trechos em execução, durante a execução do contrato, sinalização de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro nos artigos 88, parágrafo único e 95, §1º, e Resolução nº 160, de 22/04/04, do CONTRAN, ficando responsável por acidente decorrente de sua ação ou omissão.

19.3 - Os casos omissos neste CONTRATO serão regulados pela Lei 14.133/2021, e demais legislação pertinente.

19.4 - A CONTRATADA deve informar imediatamente a CONTRATANTE, quando ocorrer alteração do endereço comercial, telefones, e-mail, com vistas a possibilitar eventual recebimento de correspondências, comunicados, notificações dentre outros.

19.5 - O descumprimento deste item, por parte da CONTRATADA, implicará na aceitação, sem qualquer objeção, das determinações emanadas da CONTRATANTE, decorrentes de quaisquer tipos de comunicações eventualmente tentadas, relacionadas com a execução dos serviços contratados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 - Para dirimir as questões oriundas deste ajuste, as partes elegem o Foro da CAPITAL DO ESTADO DA PARAÍBA.

20.2 - E por assim haverem ajustado, assinam os representantes legais das partes contratantes e duas testemunhas arroladas.

João Pessoa, <data da assinatura digital>

<Nome Representante órgão >  
<Cargo>

<Nome Representante Empresa>

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

